

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

MARIELE SANTOS DO CARMO

MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NO BRASIL ENTRE 2018-2023

São Cristóvão/SE
2024

MARIELE SANTOS DO CARMO

MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NO BRASIL ENTRE 2018-2023

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para a conclusão do curso de mestrado profissional.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Jorge

São Cristóvão/SE
2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C287m Carmo, Mariele Santos do
Mercado de trabalho dos jovens no Brasil entre 2018-2023 /
Mariele Santos do Carmo ; orientador Marco Antonio Jorge. – São
Cristóvão, SE, 2024.
83 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Economia) –
Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Economia. 2. Mercado de Trabalho – Brasil. 3. Jovens –
Emprego. 4. Política de mão-de-obra. I. Jorge, Marco Antonio, orient.
II. Título.

CDU 331.5-053.6(81)

MARIELE SANTOS DO CARMO

MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NO BRASIL ENTRE 2018-2023

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação apresentado à Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do grau de mestre em Ciências Econômicas, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marco Antonio Jorge – Orientador

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira

Profa. Dra. Ludmilla Meyer Montenegro

Agosto, 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, e acima de tudo, a Jeová Deus, pelo imenso amor que me tem demonstrado, pela bondade imerecida e pelo resgate do seu filho amado, Jesus Cristo.

À minha mãe Maria, por todo amor maternal, por ser minha melhor amiga, por compartilhar dos meus sonhos e por nunca me deixar pensar em desistir. Te amo, mãe.

Ao meu pai Cosme, minha saudade diária, por todo amor, cuidado e proteção na infância, certa do orgulho imenso que sentiria se estivesse aqui agora.

Ao meu padrasto Elismar, por todo suporte, carinho, incentivo e por sempre acreditar no meu potencial, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço imensamente a toda minha família, pelo porto seguro que representam em minha vida, em especial aos meus avós maternos Olívia e Valentim, por quem sou totalmente apaixonada e por serem minha inspiração.

Agradeço aos meus amigos/irmãos pelo encorajamento e carinho que me deram durante todo esse tempo, tornando esses anos melhores e mais felizes.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marco Antonio, pelo incrível direcionamento e total suporte na condução dessa pesquisa, nos permitindo alcançar excelentes e aplicáveis resultados socioeconômicos.

Agradeço aos membros da banca avaliadora, Prof. Dr. Kleber Oliveira e a Profa. Dra. Ludmilla Meyer, pela disponibilidade em participar da banca, por acreditarem no tema e pelas contribuições para o aprimoramento do trabalho.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe, por todo suporte e conhecimento compartilhado durante esses anos.

Aos meus colegas de curso, a minha equipe de trabalho, e aos funcionários da instituição, meus eternos e sinceros agradecimentos.

Por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente, sem vocês não seria possível.

RESUMO

O mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos sofreu diversas alterações em sua dinâmica e seu funcionamento, o que gerou, entre outras coisas, um aumento no nível de desemprego e na informalidade. Ao analisar essa problemática, notou-se que o público jovem, na faixa etária de 14-24 anos, tem apresentado menores índices de participação no mercado de trabalho ao longo dos anos. Neste sentido, a presente pesquisa descreveu a participação dos jovens no mercado de trabalho, compreendendo sua inserção no período de 2018 a 2023. Ademais, o trabalho também considerou aspectos variáveis como, por exemplo, situação de domicílio, nível de escolaridade, posição de ocupação, entre outros. Dessa forma, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema compreendendo a dinâmica do emprego na economia, bem como a participação dos jovens no mercado de trabalho, as políticas públicas de incentivo, e o caso específico dos jovens que não estudam e nem trabalham. Esse estudo se justifica por analisar as variáveis que se referem à participação dos jovens no mercado de trabalho *ex-ante* e *ex-post* à pandemia de Covid-19. As análises dos principais resultados apontaram que o nível de desocupação dos jovens é maior do que o da população adulta, em especial na faixa etária dos 20 a 24 anos e que, embora a pandemia tenha afetado o mercado de trabalho, mesmo antes dela esses jovens já tinham dificuldade para encontrar empregos, principalmente trabalhos formais, recorrendo muitas vezes à informalidade. Por fim, notou-se a alta taxa de desalento entre os jovens e a diminuição no percentual dos que tomaram alguma providência para ingressar no mercado, mostrando a iminente necessidade de elaborações de políticas específicas que visem à capacitação e ingresso desse público no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado De Trabalho; Jovens; Emprego.

ABSTRACT

The Brazilian labor market has undergone several changes in its dynamics and functioning in recent years, which have led to, among other things, an increase in unemployment and informality. When analyzing this issue, it was noted that young people, aged 14-24, have shown lower rates of participation in the labor market over the years. In this sense, this research described the participation of young people in the labor market, including their insertion in the period from 2018 to 2023. In addition, the work also considered variable aspects such as, for example, housing situation, level of education, employment position, among others. Thus, a bibliographical research was carried out on the subject, covering the dynamics of employment in the economy, as well as the participation of young people in the labor market, public incentive policies, and the specific case of young people who neither study nor work. This study is justified by analyzing the variables that refer to the participation of young people in the labor market *ex-ante* and *ex-post* to the Covid-19 pandemic. The analysis of the main results showed that the unemployment rate among young people is higher than that of the adult population, especially in the 20 to 24 age group, and that, although the pandemic has affected the labor market, even before the pandemic, these young people had difficulty finding jobs, especially formal jobs, often resorting to informal employment. Finally, there was a high rate of discouragement among young people and a decrease in the percentage of those who took some action to enter the market, showing the imminent need to develop specific policies aimed at training and entering this group into the labor market.

KEY WORDS: Labor Market; Youth; Employment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Condição De Ocupação Na Semana De Referência Para Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade – Brasil 2018-2023.....	36
Tabela 02: Condição De Ocupação Na Semana De Referência Para Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade Por Situação de Domicílio – Em Percentual – Brasil 2018-2023.....	38
Tabela 03: Jovens Por Situação de Domicílio – Em Percentual – Brasil 2018-2023.....	39
Tabela 04: Condição De Ocupação Na Semana De Referência Para Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade Por Sexo – Em Percentual – Brasil 2018-2023.....	41
Tabela 05: Jovens Por Sexo – Em Percentual da População por Sexo – Brasil 2018-2023.....	42
Tabela 06: Condição de Ocupação na Semana de Referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade por Faixa Etária – Brasil 2018-2023.....	44
Tabela 07: Posição na Ocupação e Categoria do Emprego no Trabalho Principal da Semana de Referência Para Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade Por Faixa Etária – Brasil 2018-2023	49
Tabela 08: Carteira De Trabalho Assinada Dos Jovens – Em Percentual - Brasil 2018-2023.....	55
Tabela 09: Número Da Faixa Do Rendimento/Retirada Em dinheiro dos Jovens – Em Percentual- Brasil 2018-2023	57
Tabela 10: Desalento Por Idade – Brasil 2018-2023.....	60
Tabela 11: Pessoas Não Ocupadas - No período de... a ... (período de referência de 30 dias),... Tomou alguma providência para conseguir trabalho, seja um emprego ou um negócio próprio? – Brasil 2018-2023.....	61
Tabela 12: Pessoas Não Ocupadas – Qual foi o principal motivo de ... não ter tomado	

providência para conseguir trabalho no período de ... a ... (período de referência de 30 dias)? – Brasil 2018 – 2023.....62

Tabela 13: Nível de Instrução Mais Elevado Alcançado (Pessoas de 14 anos ou mais de idade) Padronizado para o Ensino Fundamental – Sistema de 09 Anos – Por Situação de Ocupação – Brasil 2018-2023.....66

Tabela 14: Nível de Instrução Mais Elevado Alcançado (Pessoas de 14 anos ou mais de idade) Padronizado para o Ensino Fundamental – Sistema de 09 Anos – Por Faixa Etária – Brasil 2018-2023.....68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Percentual de Ocupados Jovens na Semana de Referência – Brasil Referência – Brasil – 2018 a 2023.....	46
Gráfico 02: Percentual de Desocupados Jovens na Semana de Referência – Brasil – 2018 a 2023.....	47
Gráfico 03: Percentual de Jovens com Ensino Superior Completo 2018 a 2023.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SM – Salário Mínimo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A DINÂMICA DO EMPREGO NA ECONOMIA.....	14
2.1 – O Mercado de Trabalho no Âmbito Econômico	14
2.2 – Rendimentos do Trabalho.....	17
2.3 – Desequilíbrios no Mercado de Trabalho	18
3. A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.....	22
3.1 – Os Desafios do Emprego na Juventude.....	22
3.2 – A Importância da Qualificação da Mão-de-Obra Jovem.....	25
3.3 – Os Jovens Nem-Nem e as Políticas Públicas de Incentivo ao Emprego e Renda..	28
4. METODOLOGIA.....	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro passou por uma série de mudanças socioeconômicas e reformulações legais com o passar dos anos. No entanto, desde os seus primórdios, a sua incumbência principal não mudou: reunir trabalhadores dispostos a utilizar seus conhecimentos, técnicas e aptidões, com empregadores que estão focados em produção e lucros (Ehrenberg; Smith, 2000). Em âmbito nacional, com o passar dos anos, foi possível perceber alterações na conjuntura econômica¹ que impactaram a dinâmica do emprego e renda no país e, como consequência, diversos trabalhadores foram afetados, em especial, o público jovem, no que se refere ao seu ingresso e permanência no mercado de trabalho (Chahad, Picchetti, 2003).

O mapeamento da realidade de muitos jovens no Brasil revela que o ato de ingressar e permanecer no mercado de trabalho acaba por não se tratar apenas de uma opção, mas sim de uma evidente necessidade de manter a sua subsistência e a do seu contexto familiar. Além disso, o trabalho traz um senso de realização e está intrinsicamente ligado à liberdade financeira, relações interpessoais e aceitação social (Nonato; Corrochano, 2021).

De acordo com os dados auferidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o desemprego no Brasil, no primeiro trimestre de 2024, afetou aproximadamente 8,6 milhões de pessoas em idade ativa. Em meio ao total de desocupados, os jovens entre 14 a 24 anos, representam 36,6%, sendo um dos maiores percentuais. Assim, se por um lado, quando a taxa de desemprego no Brasil é colocada em comparação com as de outros países, em nível internacional, ela parece ser relativamente menor, se for analisada em grupos específicos, é possível notar uma disparidade no total de desempregados entre pessoas em idade adulta (igual ou maior que 25 anos) e indivíduos jovens (entre 15 a 24 anos) (Silva; Kassouf 2002).

Com isso em mente, o presente estudo analisa o mercado de trabalho para os jovens no Brasil, compreendendo às principais mudanças ocorridas na dinâmica de

¹ “A reestruturação produtiva, iniciada no país na década de 1980, aliada às políticas de estabilização da década de 1990, contribuiu para redução na oferta de empregos e também para elevação dos níveis de exigência no mercado de trabalho” (De Mendonça, et al., 2012, p.172).

inserção desse público ao decorrer dos anos. Ademais, a pesquisa também irá considerar aspectos variáveis como, por exemplo, situação de domicílio, nível de escolaridade, posição de ocupação, entre outros. Assim, tal problema baseia-se na hipótese de que a participação dos jovens no mercado de trabalho vem sofrendo alterações ao longo dos anos, principalmente reduções se comparado ao público adulto, e esse problema socioeconômico é agravado a depender de fatores como o domicílio, o nível de instrução, posição na ocupação, entre outros.

Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa é descrever a participação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, compreendendo sua inserção no período de 2018 a 2023. Ademais, o trabalho também considerou aspectos variáveis como, por exemplo, situação de domicílio, nível de escolaridade, posição de ocupação, entre outros. Assim, a série histórica desse estudo compreenderá a situação dos jovens brasileiros, no que se refere ao seu ingresso e permanência no mercado de trabalho, no cenário *ex-ante* e *ex-post* a pandemia de COVID- 19.

Especificamente, o estudo realizou uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema, utilizando referências econômicas e sociais para criar um panorama sobre o mercado de trabalho para o público jovem no Brasil. Além disso, a pesquisa se propõe a analisar os diversos fatores que afetam direta e indiretamente o mercado de trabalho para esse público. Por fim, o estudo também investiga as variáveis econômicas que se relacionam e são impactadas quando ocorrem momentos de alteração na conjuntura nacional, contrastando e comparando o comportamento do mercado de trabalho para o público jovem entre os anos anteriores, bem como durante o período de pandemia.

Assim, esta pesquisa justifica-se por identificar e analisar as variáveis determinantes para o processo de preenchimento das vagas para um público relevante no mercado de trabalho brasileiro que são os jovens.

Nesse sentido, o estudo de Rocha (2008) mostrou como estava a transição dos jovens do ambiente escolar para o mercado de trabalho. Temporalmente, a pesquisa está delimitada entre 1996-2005. Os resultados obtidos evidenciaram que o fator escolaridade é muito relevante para a inserção desse público no mercado de trabalho formal. Por outro lado, a baixa escolaridade faz crescer a entrada dos jovens em atividade informais e temporárias.

A pesquisa de Camarano et al. (2001) estuda a diferença na inserção dos jovens de 15-24 anos para o da população adulta entre os anos de 1981 a 1999. Os dados obtidos revelaram que a dificuldade de inserção para os jovens foi maior do que para a população adulta. As conclusões sugerem que essa barreira inicial se transforme em um impeditivo maior no desenvolvimento profissional desse público no futuro.

Em outra perspectiva, a pesquisa de Gonzalez (2009) mostra como as políticas públicas de emprego para os jovens, no período de 2003-2008, de fato contribuíram para a colocação profissional desse público no mercado de trabalho. A análise da realidade mostrou que a família também deve ser um elemento a ser considerado na pesquisa, uma vez que pode influenciar na decisão do jovem em trabalhar ou considerar continuar estudando. Além disso, ficou evidente no estudo a importância do capital humano no momento de transição dos jovens para atividades profissionais, sendo, portanto, papel do setor público a elaboração de políticas de incentivo à qualificação.

O presente estudo se difere dos demais supracitados, pois abrange um período mais recente em que aconteceram diversas mudanças no contexto econômico nacional. Internamente, a série histórica analisada, que compreende os anos de 2018 a 2023, é marcada, por exemplo, por um contexto pós-implementação da reforma trabalhista, a saber, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 que alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em virtude das novas relações de trabalho (Brasil, 2017). Além disso, ao analisar esses anos foi possível verificar e contrastar as mudanças que ocorreram na dinâmica de inserção do público jovem no mercado de trabalho no período *ex-ante* e *ex-post* à pandemia do novo coronavírus, uma crise de saúde pública mundial que aconteceu entre 2020 e 2021.

Desse modo, esse estudo investigou, a partir de dados secundários, as variáveis que retratam o nível de emprego e renda para o público jovem e como esses níveis empregatícios variaram ao longo dos anos. Além disso, este trabalho buscou contribuir para a elucidação de diferentes contextualizações, diante do caráter multidisciplinar do tema e promover discussões a partir da apresentação de estatísticas e de normas analisadas no âmbito da teoria econômica. Almeja-se que essa temática possa contribuir para uma compreensão melhor sobre a dinâmica desse

nicho do mercado de trabalho em anos recentes no Brasil.

Dessa forma, estudar o mercado de trabalho brasileiro para os jovens é deveras importante, uma vez que, se a alta taxa de desemprego desse público não for compreendida e analisada, consequências futuras serão vistas no cenário socioeconômico do país (Silva; Kassouf, 2002). Assim, o estudo e análise desse nicho de mercado por meio dessa pesquisa poderá trazer uma compreensão da parcela da população que esse público-alvo representa e como está a sua inserção no mercado de trabalho atual.

A presente dissertação está organizada em seis capítulos. Além desta introdução, o capítulo 02 aborda a teoria econômica sobre o mercado de trabalho, apresentando a relação de oferta e demanda de mão-de-obra, dos rendimentos do trabalho, e dos desequilíbrios que provocam os diversos tipos de desemprego. Por conseguinte, o capítulo 03 explana sobre o objeto de estudo dessa pesquisa que são os jovens no mercado de trabalho, mostrando os desafios e barreiras no processo de inserção, a importância da qualificação e das políticas públicas voltadas para esse público-alvo, além do problema específico dos jovens que nem estudam e nem trabalham. Ademais, no capítulo 04 dessa dissertação serão apresentados os procedimentos metodológicos, e em sequência, no capítulo 05, os dados estatísticos secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e as ponderações a respeito dos resultados. Por fim, no último capítulo, serão encontradas as considerações finais desse estudo, bem como perspectivas de pesquisas futuras.

2. A DINÂMICA DO EMPREGO NA ECONOMIA

Este capítulo apresenta as forças que regem o funcionamento do mercado de trabalho do ponto de vista econômico. Assim, serão introduzidos os conceitos de oferta e demanda por trabalho, bem como elencados alguns dos principais os fatores que geram desequilíbrios no mercado. Por fim, serão explicados os determinantes da renda e a importância dessa variável para a mão-de-obra do ponto de vista econômico.

2.1 – O Mercado de Trabalho no Âmbito Econômico

Ao longo dos anos, as ciências econômicas, em especial os teóricos da economia do trabalho, se debruçam a estudar sobre a dinâmica por trás do funcionamento do mercado de trabalho e da participação dos seus agentes fundamentais: trabalhadores, empresas e governo (Borjas, 2012). Nessa área de conhecimento são analisadas e mensuradas as formas como os incentivos monetários, como por exemplo, as remunerações salariais, impactam nas decisões dos trabalhadores e das firmas (Ehrenberg; Smith, 2000).

Os habitantes de um país que estão empregados ou procurando por um emprego são os detentores de mão-de-obra (Ehrenberg; Smith, 2000). Os trabalhadores decidem a quantidade de horas que irão destinar ao labor, abrindo mão do tempo anteriormente voltado ao seu lazer², com base no nível salarial, o que faz com que a curva de oferta de trabalho tenha uma inclinação positiva (Mankiw, 2001).

Dessa forma, “a decisão sobre quanto trabalho ofertar envolve uma decisão sobre alocação do tempo: quantas horas dedicar a diferentes atividades” (Krugman, Wells, 2007, p. 260). Assim, à medida que o salário, ou seja, a remuneração pelo trabalho começa a subir, conseqüentemente, mais famílias, detentores de mão-de-obra, estarão dispostos a ingressar ou aumentar sua participação no mercado (Boyes; Melvin, 2006).

No entanto, o aumento do salário somente atrairá os detentores de mão-de-obra para o mercado de trabalho se o efeito substituição, ou seja, abdicar da sua hora de lazer por trabalho, for dominante sobre o efeito renda (Ehrenberg; Smith, 2000; Krugman, Wells, 2007).

A quantidade de tempo destinada ao trabalho é uma análise que envolve comparações de carga horária e salários (Ehrenberg; Smith, 2000). A título de exemplo, quando ocorre um aumento nos salários, a decisão dos trabalhadores em abdicar de uma hora de lazer cresce, tornando a hora de trabalho mais atrativa, isso é causado pelo efeito substituição. Por outro lado, quando o aumento na remuneração passa para o trabalhador a ideia de que possui mais recursos financeiros, ele tenderá a trocar a hora de trabalho por hora de lazer, isso acontece em função do efeito renda (Krugman, Wells, 2007).

² “Lazer não significa necessariamente ficar sem fazer nada. Pode ser o tempo gasto com a família, dedicando-se a um hobby, fazendo ginástica, e assim por diante” (Krugman, Wells, 2007, p. 260).

Se o efeito renda é dominante, a pessoa responderá a um aumento salarial reduzindo sua oferta na força de trabalho. Esse declínio será *menor* do que se alguma mudança na disponibilidade financeira fosse devida a um aumento na riqueza *não-trabalhista*, porque o efeito substituição está presente e atua como uma influência moderadora. Entretanto, quando o efeito renda domina, o efeito substituição não é suficientemente grande para impedir que a força de trabalho *decline*. É inteiramente plausível, é claro, que o efeito substituição venha a dominar. Se for assim, a resposta efetiva aos aumentos salariais será de aumentar a oferta da mão-de-obra (Ehrenberg; Smith, 2000, p. 198).

Do outro lado da equação estão as empresas, responsáveis por demandar a mão-de-obra ofertada pelas famílias. Nesse caso, para as firmas, é mais vantajoso, do ponto de vista financeiro, demandar a força de trabalho quando o nível de remuneração salarial diminui, fazendo com que a curva de demanda por trabalho tenha inclinação negativa (Borjas, 2012). Dessa forma, quando ocorre um aumento salarial, *coeteris paribus*, os custos de produção também crescem, aumentando o preço dos produtos e gerando uma redução na demanda desses bens. Logo, a forma como as empresas irão mesclar capital e mão-de-obra irá depender, entre outras coisas, da quantidade demandada de produtos finais e do custo do fator de produção trabalho (Ehrenberg; Smith, 2000).

No entanto, existem outros fatores que impactam na demanda por trabalho, a exemplo disso temos: decisões relacionadas à produção³, estoque de capital humano do trabalhador⁴, assistência social⁵, produtividade marginal do trabalho⁶, entre outros (Borjas, 2012; Boyes, Melvin, 2006; Krugman, Wells, 2007; Mankiw, 2001). Consequentemente, “os resultados do mercado de trabalho dependem não somente da disposição dos profissionais em oferecer seu tempo, mas também da disposição das empresas em contratar esses trabalhadores” (Borjas, 2012, p. 96).

O estudo da demanda por trabalho visa descobrir como o número de funcionários de uma determinada empresa é impactado pela variação dos fatores

³ Um aumento na produção, por exemplo, faz crescer a demanda por fatores de produção, e dentre esses está a força de trabalho (Mankiw, 2001).

⁴ Conjunto de qualificações acumuladas ao longo dos anos por meio de educação e/ou experiências profissionais (Boyes; Melvin, 2006).

⁵ Subsídios governamentais que levam a um *trade-off* nos trabalhadores sobre ingresso ou não no mercado formal (Borjas, 2012).

⁶ Aumento no produto, permanecendo fixos os demais fatores, após acrescentar um trabalhador a mais na produção (Krugman; Wells, 2007).

produtivos, como capital, mão-de-obra e recursos tecnológicos (Ehrenberg; Smith, 2000). No entanto, esse processo de produção que acontece em uma empresa, fruto do uso de fatores produtivos, dentre os quais está à força de trabalho, conseqüentemente, é responsável pelo aumento do produto nacional. Assim, para que se obtenha um crescimento econômico satisfatório, é necessário que, de maneira percentual, a taxa de variação do produto nacional seja superior à taxa do aumento da população. Dessa forma, quanto maior for o nível de produtividade do trabalho, de uso de meios tecnológicos na produção, e de capital humano dos funcionários de uma firma, maior será sua capacidade produtiva (Viana, 1968).

Dessa maneira, para que o mercado esteja em equilíbrio, é necessário chegar ao ponto de convergência entre as curvas de oferta e demanda por trabalho, significando que o salário de equilíbrio foi encontrado e todos que se propõem a trabalhar conseguem achar emprego (Borjas, 2012; Boyes; Melvin, 2006; Lopes, Vasconcelos, 2008). Isso significa que cada empresa em regra “contratou trabalhadores até que o valor do produto marginal do trabalho fosse igual ao salário. Portanto, o salário deve igualar-se ao produto marginal do trabalho, uma vez que demanda e oferta tenham atingido o equilíbrio” (Mankiw, 2001, p. 406).

2.2 – Rendimentos do Trabalho

As variáveis econômicas do emprego e da renda são peças-chaves para delimitar o contexto populacional e socioeconômico de um país. Essas variáveis, porém, estão entrelaçadas com índices conjunturais como o Produto Interno Bruto (PIB) e a Taxa de Inflação, já que esses afetam diretamente os salários dos trabalhadores e seu poder de compra (Baltar; Leone, 2015).

A questão salarial é um dos aspectos que variam a oferta e a demanda por mão-de-obra no mercado de trabalho. O preço da hora trabalhada por cada funcionário é definido como a taxa salarial. Outro conceito importante relacionado à remuneração diz respeito ao salário nominal e real de cada trabalhador. O salário nominal é a remuneração da mão-de-obra pelas horas trabalhadas em termos da moeda corrente. Por outro lado, o salário real de cada trabalhador é o salário nominal expresso em termos de preço de algum bem de consumo ou do índice de inflação

(Ehrenberg; Smith, 2000). Dessa forma, “os cálculos dos salários reais são especialmente proveitosos na comparação do poder aquisitivo dos trabalhadores por um período de tempo em que os salários nominais e os preços dos produtos estão variando” (Ehrenberg; Smith, 2000, p.37).

A expressão salários refere-se ao pagamento por uma unidade de tempo, enquanto ganhos (rendimentos) refere-se a salários multiplicados pelo número de unidades de tempo (normalmente horas) trabalhadas. Assim, os ganhos dependem tanto dos salários como da extensão do tempo trabalhado pelo empregado. A renda – o comando total sobre os recursos de uma pessoa ou família durante algum período de tempo (normalmente um ano) – inclui tanto os ganhos como a renda não-ganha com o trabalho atual que inclui dividendos ou juros recebidos sobre investimentos e pagamentos de transferência recebidos do governo na forma de selos de alimentação, pagamentos da previdência, compensação-desemprego e assim por diante (Ehrenberg; Smith, 2000, p.39).

Outra variável que afeta o mercado de trabalho e as taxas salariais é a alta rotatividade dos trabalhadores devido à redução nos padrões de qualidade de trabalho no país, o que aumenta o número de contratos informais e também o desemprego (Gonzaga; Cayres Pinto, 2014). Assim, “diante desse risco (rotatividade), firmas e trabalhadores investem pouco em treinamento. O resultado é uma baixa acumulação de capital humano, o que resulta em baixo crescimento de produtividade e baixa perspectiva de ascensão salarial” (Gonzaga; Cayres Pinto, 2014, p. 04).

2.3 – Desequilíbrios no Mercado de Trabalho

A partir do momento em que um indivíduo, participante da força de trabalho, decide abrir mão das horas, anteriormente destinadas ao seu lazer, para ingressar no mercado de trabalho em troca de um pacote de benefícios, o que inclui remuneração salarial, porém não consegue encontrar nenhum emprego na busca ativa, esse se caracteriza como em situação de ociosidade ou de desemprego (Ehrenberg; Smith, 2000).

Na teoria econômica existem diferentes tipos de desemprego, com causas e possíveis soluções distintas em termos de políticas. O desemprego *ficcional*, por

exemplo, acontece no pequeno intervalo de tempo em que o trabalhador muda de um emprego para outro. Uma forma de minimizar esse tipo de desemprego é a ampla divulgação de informações referentes às vagas ofertadas no mercado, bem como o cadastro de informações dos trabalhadores em bancos de dados disponíveis para o acesso das empresas (Borjas, 2012; Boyes; Melvin, 2006).

Por outro lado, o desemprego estrutural é mais difícil de ser solucionado, uma vez que a força de trabalho não detém as atribuições técnicas para ocupar determinadas funções, fazendo com que a mão-de-obra tenha que ser qualificada e capacitada antes de ingressar no mercado. Assim, essa falta de concordância entre o que as empresas desejam e o que os trabalhadores possuem em termos de qualificação, acaba gerando mudanças de caráter estrutural na economia (Borjas, 2012; Samuelson; Nordhaus, 1993). Assim, “para reduzir o desemprego, o governo teria que oferecer programas de capacitação que “injetariam” os tipos de qualificações agora em demanda nos trabalhadores que estão fora do mercado” (Borjas, 2012, p. 553).

Os ciclos econômicos⁷ também afetam o mercado de trabalho. Em períodos de recessão, por exemplo, a demanda por mão-de-obra despencava e o desemprego tende a aumentar (Samuelson; Nordhaus, 1993). Nesses casos ocorre um desemprego involuntário, ou seja, “existem trabalhadores qualificados que desejariam trabalhar ao nível corrente de salários, mas que não encontram trabalho” (Samuelson; Nordhaus, 1993, p. 849).

No Brasil, após alguns momentos de crises⁸, em especial a do ano de 2015, houve uma maior notoriedade para relações de trabalho mais flexíveis, surgindo como uma saída para os baixos índices de ocupação, e levando a uma reforma trabalhista em 2017 (Trovão; De Araújo, 2018). Assim, “independentemente do grau de flexibilização ocorrido nos mercados de trabalho, o movimento geral foi de profundas transformações no padrão regulatório em direção a uma menor regulação” (Trovão; De Araújo, 2018, p. 11).

⁷ “Os ciclos econômicos são formados por quatro fases: a expansão (boom), quando o PIB real cresce; o pico, que marca o final do crescimento e o início de um período de retração; a retração (recessão), quando o PIB real cai; e a depressão, que marca o final da retração e a retomada do crescimento” (Boyes; Melvin, 2006, p. 234).

⁸ “Cabe salientar que, nessa disputa, não apenas a crise econômica foi decisiva, a crise política que se instalou no país após 2015 também deu sua contribuição” (Trovão; De Araújo, 2018, p.02).

Para Melo Neto (2008), o crescimento no número de contratos mais flexíveis é resultado de uma crise de desvalorização da legislação trabalhista. Por outro lado, conforme Paulo e Alexandrino (2010), as relações comerciais com um maior grau de competitividade e as reduções de custos e despesas de produção pelas empresas, levam as empresas a flexibilizar seus contratos de trabalho. Assim, “reduz-se gradualmente o papel da lei e prestigia-se a livre negociação entre as partes envolvidas” (Paulo; Alexandrino, 2010, p. 07).

Dessa forma, a flexibilização dos contratos de trabalho passa a ser pauta das discussões trabalhistas surgindo como um meio de solucionar o conflito entre as crises econômicas e preservação do Estado social e dos direitos dos trabalhadores, visando evitar possíveis explorações do trabalho (Rodrigues, 2011). Assim, é necessário ressaltar que “a desregulamentação pode ou não causar forte desemprego. Depende da estrutura de qualificação e produção e do modelo de gestão de cada mercado de trabalho” (Trovão; De Araújo, 2018, p. 11).

Os principais temas de que trata a reforma são: 1) Acordos coletivos: o negociado prevalece sobre o legislado mesmo que menos benéfico para o trabalhador. Eles versam sobre temas como jornada de trabalho (podendo alcançar até 12 horas), plano de carreira, licença maternidade. 2) Jornada parcial: podem ser de até 30 horas semanais (antes apenas 25 horas) sem hora extra, ou de até 26 horas semanais com acréscimo de até seis horas extras. 3) Férias: podem ser parceladas em até três vezes (não inferior a cinco dias com uma delas sendo obrigatoriamente maior do que 14 dias). 4) Grávidas e lactantes: Podem trabalhar agora em locais insalubres, sendo afastadas somente a pedido médico. 5) Contribuição sindical: passa a não ser mais obrigatória. 6) Autônomos: as empresas podem contratar autônomos, ainda que se verifique uma relação de exclusividade, sem significar vínculo empregatício. 7) Trabalho em domicílio: não há controle de jornada, sendo a remuneração feita por tarefa. 8) Trabalho intermitente: contratos em que o trabalho não é contínuo passam a ser permitidos, sendo que a convocação do empregado pelo empregador deve ocorrer com três dias de antecedência e sua remuneração é feita por hora não inferior ao valor-hora referente ao salário mínimo. 9) Almoço: o tempo de almoço (antes de uma hora) passa a ser objeto de negociação entre empregador e empregado. 10) Ações na Justiça: se o trabalhador perder ações na Justiça do Trabalho ele deverá arcar com custos processuais e honorários do empregado (Trovão; De Araújo, 2018, p. 17).

Por outro lado, em períodos de expansão, com o crescimento da economia, as empresas tendem a produzir mais e têm uma disponibilidade de crédito maior em instituições financeiras, conseqüentemente gerando um maior número de empregos

(Baltar; Leone, 2015). No entanto, é importante levar em consideração que, em períodos de recessão, o desemprego oculto pelo desalento, ou seja, aqueles trabalhadores que não estão inseridos no mercado e não procuram emprego por falta de estímulo, também tende a crescer (DIEESE, 2009).

Um dos meios utilizados para compensar o problema do desemprego são os programas de auxílios governamentais. Os programas de reposição de renda, como por exemplo, o seguro desemprego, são uma forma de compensação paga aos trabalhadores que foram desligados, enquanto procuram outro emprego. Já os programas governamentais de manutenção de renda surgem como uma forma de auxílio para as pessoas em situação de vulnerabilidade. O pagamento do último acaba gerando uma diminuição no incentivo ao ingresso no mercado de trabalho, visto que, nesse caso, a renda se expande, deixando o lazer mais atrativo, diminuindo assim a oferta de trabalho (Ehrenberg; Smith, 2000).

No Brasil, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho no decorrer dos anos, como por exemplo, as transformações tecnológicas e o crescimento populacional, geraram debates a respeito do desemprego e da vulnerabilidade do emprego em relação ao cenário econômico interno (Chahad, Picchetti, 2003).

Se a população crescer, o fator de produção força de trabalho torna-se mais abundante, e, caso seja convenientemente utilizada em atividades produtivas, estará contribuindo para o aumento da renda nacional. Há de se levar em conta, também, que a população adicional terá de ser alimentada, vestida e alojada, o que equivale dizer que um acréscimo populacional envolve um aumento das necessidades. O aumento da produção terá de ser no mínimo proporcional ao incremento da população para que o nível de vida não decresça (Viana, 1968, p. 50).

Os países subdesenvolvidos possuem uma taxa de natalidade maior, o que garante, conseqüentemente, uma futura mão-de-obra jovem. O ingresso dos jovens em idade ativa no mercado acarreta em um acréscimo no potencial da força de trabalho de um país. No entanto, quando ocorre um aumento da mão-de-obra jovem de um país e esses trabalhadores não possuem meios de produção e nem conseguem ingressar no mercado, há desemprego e ociosidade dessa força de trabalho (Viana, 1968).

O desemprego, a subutilização da força de trabalho, o desalento, ou seja, a desistência de buscar trabalho, e o trabalho “por conta própria” ou “empreendedor” crescem de forma persistente nos últimos anos, seja em volume, seja em duração, deixando de ser um fenômeno conjuntural e temporário, e alcançando de forma drástica a população jovem (Nonato; Corrochano, 2021, p. 20).

Essas alterações provocaram mudanças estruturais no cenário econômico nacional. Assim “o primeiro desses efeitos é o surgimento da chamada “onda jovem”, decorrente do nascimento, em décadas passadas, de um grande número de pessoas que agora afluem ao mercado de trabalho” (Chahad, Picchetti, 2003, p. 32). No entanto, esse bônus demográfico no Brasil no início da década não foi completamente aproveitado de uma forma que impulsionasse o crescimento econômico, uma vez que a força de trabalho dessa faixa etária jovem não foi plenamente absorvida no mercado, agregando no produto do país (Alves, 2020). Além disso, a questão da informalidade também tem sido um grande problema no que se refere à população jovem. Assim, trabalhos temporários em diversas áreas e uma alta taxa de rotatividade são barreiras no crescimento profissional e na busca por oportunidades no mercado de trabalho formal (Nonato; Corrochano, 2021).

3. A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

O objetivo deste capítulo é caracterizar e abordar a participação do público jovem no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, serão apresentados os desafios para entrar e permanecer no mercado de trabalho, a questão da qualificação, o caso dos jovens que nem estudam e nem trabalham, e a aderência desse grupo social às políticas públicas voltadas para inserção no mercado de trabalho por meio dos programas de aprendizagem.

3.1 – Os Desafios do Emprego na Juventude

Com o passar dos anos, o cenário econômico nacional presenciou mudanças na sua estrutura produtiva que levaram a um baixo ingresso de mão-de-obra no mercado de trabalho, em especial a do público jovem (Rocha, 2008). Em escala global, especialmente em nações desenvolvidas, o uso massivo de tecnologia nas indústrias, os novos formatos produtivos e a busca pela liderança frente aos concorrentes,

aliados a outros fatores, geraram um aumento no nível de desemprego (De Mendonça, et al., 2012). Nacionalmente, em especial nos anos 90, o Brasil passou por “intensas modificações em suas políticas macroeconômicas, com o intuito de promover a estabilização da economia, o que propiciou elevação substancial nas taxas de desemprego” (De Mendonça et al., 2012, p.162).

Assim, em um contexto econômico marcado por uma redução de vagas no mercado de trabalho formal e aumento do nível de informalidade no setor produtivo, encontrar e preencher uma vaga de emprego para os jovens que solicite, entre os pré-requisitos, um grau elevado de escolaridade e experiência prévia na função acaba se tornando cada vez mais difícil (Andrade, 2005). Esses problemas são reflexos de diversos fatores, como por exemplo, menor tempo de experiência profissional e maior dependência familiar (Rocha, 2008). Como exemplo, no ano de 1998, no Brasil, “da população jovem ativa, mais de três milhões não tinham nenhum trabalho, produzindo assim, uma taxa de desemprego de 17,2%” (Silva; Kassouf, 2002, p. 100).

Não podemos esquecer, no entanto, que mesmo em momentos de crescimento econômico, o desemprego juvenil é sempre mais elevado. Este comportamento sugere a existência de causas específicas do desemprego dos/as jovens, para além daquelas que provocam o desemprego para a população em geral. Ademais, tal como em outras situações do/da jovem no mundo do trabalho, o desemprego apresenta-se de maneira heterogênea segundo a classe social, o sexo, a sexualidade, a cor/raça, os níveis de escolaridade e locais de moradia. Nesta direção, podemos afirmar que o desemprego juvenil é plural e desigual. As taxas de desemprego são mais elevadas para jovens de mais baixa renda, para as jovens mulheres e para os jovens negros, por exemplo (Nonato; Corrochano, 2021, p. 28).

Existem ainda outros problemas relacionados ao ingresso do público jovem no mercado de trabalho, especialmente no que se refere à questão da informalidade. Aqueles que abandonaram a escola, por exemplo, vão enfrentar problemas ao encontrar empregos fora do setor informal e que tenham um nível de remuneração alto. Além disso, existem os casos em que os jovens não conseguem ingressar no mercado de trabalho formal por terem problemas com a lei, terem iniciado a vida familiar e enfrentarem um *trade-off* entre trabalhar formalmente e cuidar dos filhos, ou ainda possuírem uma maior dificuldade no ingresso relacionada a questões de

acessibilidade (Andrade, 2005).

O desemprego é um dos principais problemas enfrentados pelos jovens, senão o principal, pois existe no país um elevado número de jovens que necessitam trabalhar para sobreviver. Isso associado com a inadequação dos sistemas de educação diante das exigências do mercado de trabalho e/ou com a incapacidade de muitos jovens permanecerem na escola leva a uma falta de perspectivas por parte destes jovens, o que provoca uma série de problemas sociais como o aumento do consumo de álcool e drogas, aumento da violência e da prostituição e altas taxas de gravidez precoce. Ademais, as empresas têm valorizado a experiência dos trabalhadores para sua contratação, sendo este mais um obstáculo enfrentado pelos jovens para a obtenção de um lugar no mercado de trabalho, especialmente para a obtenção de seu primeiro emprego (Silva, 2001, p. 06,07).

Um dos maiores problemas relacionados à informalidade no mercado de trabalho brasileiro para os jovens reside no fato de que não existe uma legislação trabalhista que ampare os direitos desses trabalhadores, ficando assim à margem da sociedade (Ulysea, 2005). Atualmente, um percentual considerável do público jovem está no mercado de trabalho informal, em tentativas de empreendimentos próprios ou familiares, trabalhos de meio período ou temporários e outros vínculos empregatícios que não possuem registro profissional (Baltar; Leone, 2015).

Para Flori (2005), quando se trata de emprego na juventude, além da dificuldade de inserção, é necessário lançar luz ao problema das altas taxas de rotatividade, uma vez que a parcela desse público que já passou da fase do primeiro emprego costuma se manter por menos tempo em uma ocupação se comparado aos adultos, que já têm uma posição firme e sólida em uma função, migrando menos de emprego, reduzindo o desemprego *friccional*.

A saída muito frequente para jovens do setor formal tende a gerar menor incentivo para se investir em treinamento (tanto por parte do empresário como por parte do próprio jovem), além de contribuir para a destruição do capital humano específico que tiver sido acumulado na empresa. No longo prazo, esses efeitos geram menores níveis de produtividade – e, portanto, de salários – tanto para o trabalhador individual quanto para a economia como um todo (Corseuil; Franca; Poloponsky, 2020, p. 16).

No entanto, o processo relacionado ao ingresso no mercado de trabalho na juventude, em especial no que diz respeito ao primeiro emprego, tem um elevado

grau de dificuldade. A entrada dos jovens no grupo economicamente ativo da população não sugere que ocorra a sua ocupação no mercado de trabalho em sequência. A parcela desse grupo que nunca teve nenhuma experiência anterior, como por exemplo, em programas de aprendizagem, demora mais tempo para ingressar no mercado (Reis, 2015). Além disso, “a escolaridade é um fator que aumenta a probabilidade de sair do desemprego. Níveis mais elevados de educação, portanto, podem acelerar esse processo de transição até o primeiro emprego” (Reis, 2015, p. 141).

3.2– A Importância da Qualificação da Mão-de-Obra Jovem

No mercado de trabalho, as funções se diferem por exigir, ou não, um maior estoque de capital humano dos seus funcionários, como, por exemplo, qualificações e treinamentos específicos (Ehrenberg; Smith, 2000). Essas habilidades adquiridas ao longo do tempo são fatores determinantes no processo de contratação, visto que os trabalhadores que mais dispõem dessas são considerados primariamente nos processos de seleção e possuem maiores chances de ingresso (Boyes; Melvin, 2006). Quando o trabalhador se propõe a investir em capital humano, essas qualificações lhe possibilitam receber diferenciais salariais. Esses benefícios gerados compensam o tempo que foi investido em educação e treinamento (Dornbusch, et al., 2003).

A expressão capital humano designa o conjunto dos atributos pessoais, úteis para o processo produtivo, herdados ou acumulados, através de fatores como background familiar e educação formal. As pesquisas que procuram definir a contribuição de diferentes variáveis para as diferenças pessoais de renda encontraram significativas correlações entre o capital humano (background e educação) e a posição na estrutura de repartição. As pessoas que destinam maior soma de anos em sua formação pessoal, sacrificando o lazer e outras alternativas de alocação de seu tempo, terão retornos futuros maiores em relação àquelas que não optaram pela acumulação desse tipo de “riqueza humana”(Rossetti, 1997, p. 283, 284).

Apesar de existirem outros aspectos que afetam o mercado de trabalho, no que se refere aos diferenciais de rendimento, o aumento do capital humano é fator-chave para romper as barreiras de acesso ao mercado (Samuelson; Nordhaus, 1993). O crescimento do uso da tecnologia também gerou um maior nível de exigência para o ingresso e permanência no mercado de trabalho formal. Dessa forma, é cada vez

mais necessário um elevado grau de qualificação e aprendizagem constante para se posicionar nas empresas, sendo, dessa forma, o capital humano um dos determinantes da remuneração e produtividade empresarial (Pastore, 2014).

A relação entre baixa escolaridade e emprego na juventude é claramente vista ao analisar o caso dos jovens em vulnerabilidade social no Brasil, uma vez que tais indivíduos param de frequentar, ou apresentam baixa frequência escolar, em razão da necessidade de trabalhar, gerando uma maior participação no mercado de trabalho informal, sem amparo legal (Silva, 2001).

Para além do processo de formação escolar, o capital humano obtido por meio da educação desempenha papel fundamental no direcionamento dos jovens no mercado de trabalho. Os locais de trabalho e as áreas escolhidas são tão importantes quanto o ingresso, visto que serão direcionadores na trajetória profissional desses jovens (Nonato; Corrochano, 2021).

No Brasil, o acesso à educação tem sido amplamente divulgado e investido ao longo dos anos. No entanto, em algumas localidades, como regiões rurais, existem dificuldades relacionadas à idade escolar correta para ingresso na escola, além da saída de maneira antecipada (Rocha, 2008).

A escolarização não é garantia de emprego pois, embora o diploma se tenha convertido como um critério para alguns postos de trabalho, ele não deve ser colocado como “salvação”. Afinal, a escolarização é somente um dos elementos que compõem a complexa relação do/a jovem com o mercado de trabalho, que envolve, dentre outros aspectos, as relações de gênero, sexualidade, raça, classe e o local de moradia, por exemplo. Ademais, é importante atentar também para as dinâmicas e contextos do mundo do trabalho, especialmente para os/as jovens que são os/as mais afetados/as pelas alterações e/ou crises do mercado de trabalho. (Nonato; Corrochano, 2021, p. 35, 36).

Ao longo dos anos, foram criados diversos programas de qualificação e incentivo ao ingresso no mercado de trabalho. Em 2003, por exemplo, foi iniciado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens (PNPE), que atendia jovens de 16 a 24 anos, advindos de famílias carentes e com baixa qualificação. Esses jovens recebiam bolsa-auxílio e formação técnica para sua vida profissional (Andrade, 2005).

Além disso, para conciliar a vida familiar com as demandas de trabalho,

algumas empresas, por meio de acordos coletivos, estendem as licenças dos pais após o nascimento dos filhos, como também, visando o desenvolvimento pessoal, em alguns lugares também são oferecidos benefícios como planos de crescimento profissional, comissões por desempenho, universidades corporativas, entre outros incentivos profissionais na área (Nonato; Corrochano, 2021). Dessa forma, eles conseguem “reconhecer os/as jovens para além da sua dimensão de trabalhadores/as, mas sim enquanto sujeitos de demandas, desejos e direitos” (Nonato; Corrochano, 2021, p. 32).

Outro programa bastante difundido e adotado no mercado de trabalho é o da Lei da Aprendizagem ou Jovem Aprendiz. O programa é voltado para incluir os jovens no mercado de trabalho, fazendo um *link* entre atividade profissional e educação. A participação dos jovens nesse programa é de extrema importância visando seu crescimento como profissional e chances futuras de empregabilidade (Villar; Mourão, 2018). Por meio do programa de aprendizagem, os jovens, além de serem qualificados tecnicamente, terão oportunidades de lidar com a realidade do mercado de trabalho em diversos contextos (MTE, 2014).

A escolaridade contribui para aumentar a probabilidade de emprego e desemprego das mulheres jovens e para diminuir a probabilidade de inatividade. A diminuição da probabilidade de inatividade reflete o efeito do salário na atratividade do mercado de trabalho, ou seja, o aumento na escolaridade eleva o nível de capital humano, o que tende a afetar positivamente o nível salarial, o qual, tudo mais constante, deve elevar a atratividade do mercado. O aumento do emprego deve-se ao aumento de produtividade a cada ano adicional de estudo, o que afeta positivamente o grau de empregabilidade da jovem (Silva; Kassouf 2002, p. 109).

Quando se trata de políticas públicas voltadas aos jovens, a questão educacional apresenta grande relevância, uma vez que será capaz de reduzir o hiato entre desigualdade de renda e formação acadêmica (Silva, 2001). No entanto, à progressão nos estudos do público jovem esbarra em outra dificuldade ligada ao fato de que muitos precisam conciliar as demandas do trabalho secular com a educação. Empregos com cargas horárias excessivas, baixa remuneração, com extensos deslocamentos, e informais, desestimulam os jovens a seguirem nos estudos e os mantém nesse ciclo (Nonato; Corrochano, 2021).

A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude foi elaborada pelo Subcomitê de Trabalho Decente e Juventude no ano de 2010, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria Nacional de Juventude, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estabelece quatro eixos prioritários na perspectiva da promoção do trabalho decente para a juventude: 1) mais e melhor educação; 2) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; 3) inserção ativa e digna no mundo do trabalho; 4) promoção do diálogo social. Além disso, o Trabalho Decente para a Juventude tem como alicerce as legislações gerais do trabalho e específicas do trabalho juvenil (Lei da Aprendizagem e Lei do Estágio) (Nonato; Corrochano, 2021, p. 39).

Dessa forma, é evidente que os problemas relacionados à aderência dos jovens aos programas de incentivo ao emprego no Brasil residem no fato de que eles são dessemelhantes, o que significa que, para que essas políticas públicas voltadas a esse público-alvo tenham maior assertividade, devem ser analisadas e criadas separando-os por grupos (Golgher; Junior, 2003).

3.3 – Os Jovens Nem-Nem e as Políticas Públicas de Incentivo ao Emprego e Renda

O mercado de trabalho passou por importantes transformações ao longo dos anos. Nos países desenvolvidos, por exemplo, com o advento da tecnologia e de modelos que visam maior eficiência produtiva, ter uma mão-de-obra qualificada se tornou fundamental na busca por resultados (Trovão; De Araújo, 2018). Assim, “aumentam as vantagens de se qualificar e reduz-se a demanda de trabalhadores com baixa qualificação e sem experiência (o que afeta principalmente os jovens e as mulheres)” (Trovão; De Araújo, 2018, p. 09).

No que se refere à situação socioeconômica dos jovens, nos últimos anos, percebeu-se um crescimento no número dos que não estão estudando e nem estão empregados. A ausência desses jovens no mercado de trabalho acaba resultando em uma renda menor no contexto familiar, e menos chances de permanência no ambiente escolar (Camarano; Kanson, 2012). Ademais, “para a economia como um todo, proporções menores de jovens que não se qualificam e nem ganham experiência podem representar menor produtividade no futuro” (Menezes Filho; Cabanas; Komatsu, 2013, p. 03).

Existem diversos fatores que interferem nas decisões relacionadas à educação e ao trabalho do público jovem no Brasil. Dentre esses, destacam-se o nível de escolaridade da família, a maternidade precoce, o estado civil, a zona de residência, a renda familiar, entre outros (Tillmann; Comim, 2016).

Tal fenômeno pode apresentar implicações importantes. Do ponto de vista social e econômico, não frequentar a escola pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento do país, uma vez que a educação é apontada como um fator fundamental. Espera-se para um jovem que a saída da escola seja seguida pela entrada no mercado de trabalho. Dado que uma parcela importante dos jovens brasileiros não participa de nenhum desses dois espaços, pergunta-se se esses jovens estão em condições de vulnerabilidade: não procuram trabalho por desalento, não estudam por falta de renda e/ou de perspectivas futuras ou, ao contrário, estão inseridos em uma família capaz de garantir-lhes a sobrevivência básica até conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho (Camarano; Kanso, 2012, p.37).

O Brasil não é um país conhecido mundialmente por executar diversas políticas que têm como alvo principal o público-jovem e o mercado de trabalho, porém é de extrema importância que o setor público cumpra esse papel (Abramo, 1997).

O Estado possui algumas funções centrais no mercado de trabalho. Dentre elas, destaca-se a função econômica⁹, no sentido de possibilitar que toda a riqueza do país alcance todos os membros da sociedade (Cassar, 2011). A esse ator econômico cabe ainda, entre outras coisas, regular as relações trabalhistas, recolher os tributos de funcionários e empresas, reduzir as assimetrias entre os agentes econômicos, visto que trabalhadores e empresas têm objetivos diferentes em relação aos salários, e oferecer políticas de qualificação da força de trabalho visando garantir o bom funcionamento do mercado de trabalho (Borjas, 2012; Höfling, 2001).

Para Azevedo (2013), o setor público, em termos de políticas socioeconômicas, ainda é o meio principal para melhorias no mercado de trabalho visando dirimir desigualdades por meio de políticas públicas sociais que refletem

⁹ A abordagem econômica trata dos “tributos e encargos trabalhistas, mercado de trabalho, globalização da economia e consequente flexibilização das obrigações trabalhistas para sobrevivência da empresa” (Cassar, 2011, p. 05).

justiça social através da equidade¹⁰.

As políticas públicas¹¹ criadas para ingresso dos jovens no mercado de trabalho, por exemplo, devem ser abordadas e discutidas de maneira particular em vista dos problemas e altos índices de desemprego dessa parcela da população, em especial no que se refere aos jovens de baixa renda¹² e às questões relacionadas à sua qualificação (Golgher, Junior, 2003).

A melhoria da capacidade técnica da população ativa é fator altamente benéfico para o aumento da potencialidade da força de trabalho, de vez que, à medida que aumenta seus conhecimentos, o homem tende a apresentar maior rendimento em seu trabalho. Há um extenso labor a ser realizado por qualquer comunidade que aspire a alcançar estágios mais adiantados de progresso, por via da elevação do nível da capacidade técnica de sua população ativa, a começar pelo combate ao analfabetismo tanto no meio dos jovens como entre os adultos. O desenvolvimento econômico depende muito da capacidade de assimilação de novas técnicas de produção por parte da população ativa, a qual está intimamente relacionada com o estoque de conhecimentos de que dispõe (Viana, 1968, p. 54, 55).

Assim, as políticas públicas de emprego e renda no Brasil têm a função de direcionar a atenção do Estado para áreas e indivíduos que requerem maior atenção na hora de empregar recursos públicos. Nessas orientações está envolvida a definição dos membros da sociedade que apresentem certo grau de vulnerabilidade e precisem de apoio do Estado de forma que preservem seus direitos sociais (Teixeira, 2002). Dessa forma, depois que a política é elaborada, se torna necessário que o governo execute os planos, acompanhe-os e faça a constante avaliação (Souza, 2006). “Assim, uma possível política que vise a amenizar o problema da geração nem-nem, de forma geral, deve buscar instrumentos que permitam uma maior conciliação entre os afazeres domésticos, o mercado de trabalho e os estudos” (Tillmann; Comim, 2016, p. 25).

No entanto, os diversos ambientes sociais em que estão inseridos os jovens que

¹⁰ “Equidade horizontal é o tratamento idêntico de pessoas idênticas. Equidade vertical é o tratamento diferente de diferentes pessoas a fim de reduzir as consequências dessas diferenças inatas” (Dornbusch et al., 2003, p.100).

¹¹ As políticas públicas podem ser entendidas como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (Höfling, 2001, p. 31).

¹² “Os jovens de baixa renda são aqueles que viviam em um domicílio com renda *per capita* ajustada menor que ½ salário mínimo, incluindo agregados” (Golgher, Junior, 2003, p.04).

não estudam e nem trabalham acabam se tornando um entrave na formulação de políticas públicas que abarquem todo esse contingente. A falta de atividades no mercado de trabalho e/ou no ambiente escolar resulta em diversos problemas sociais e profissionais¹³ (Rocha et al., 2021).

Embora a literatura nos advirta de que estar sem estudar nem trabalhar é uma situação transitória e que períodos de inatividade são comuns na trajetória laboral dos jovens, a explicação para que alguns permaneçam nessa situação por períodos mais longos que outros ainda é controversa. O diagnóstico dominante aponta que ser pobre, negro, ter baixa escolaridade e ser mulher com filhos são características que aumentam as chances de os jovens estarem na situação conhecida como nem-nem (Rocha et al., 2021, p. 546).

Dessa forma, a educação profissional dos jovens se tornou alvo de políticas públicas ao longo dos anos no Brasil visando à inclusão desse público no mercado de trabalho. Um dos programas criados pelo governo e dirigido pelo Ministério do Trabalho e emprego (MTE) foi o “ProJovem¹⁴ Trabalhador” que visava atrair os jovens socialmente vulneráveis, entre 18 a 29 anos, para serem qualificados profissionalmente, por meio de aprendizagem teórica e prática, em áreas de trabalho que propiciassem empregos futuros (Deluiz, 2010). Os jovens que participavam do “ProJovem Trabalhador” eram aqueles que não estavam no mercado de trabalho atualmente, recebendo assim um auxílio financeiro, além de cursos de qualificação (Rocha; Andrade, 2009). Dessa forma, “os jovens foram qualificados para uma “cadeia profissionalizante”, ou seja, para uma área ou arco ocupacional que congrega a mesma base técnica” (Deluiz, 2010, p. 25, 26).

Outro programa que visava inserção juvenil no contexto social era o programa “Agente Jovem”; entre outras coisas, esse programa tinha o objetivo de ocupar os jovens em situação de vulnerabilidade e fazer com que eles participassem ativamente na vivência social por meio de atividades, oficinas e construção de projetos. No entanto, embora recebessem uma bolsa auxílio e elaborassem um projeto de vida durante o programa, esses jovens em condição de vulnerabilidade, não tinham as

¹³ “Quanto mais tempo permanecem fora da escola e do mundo do trabalho, maiores são os riscos de que passem por precarização e exclusão do mercado de trabalho ao longo da vida” (Rocha et al., 2021, p. 545)

¹⁴ “O novo Projovem tem quatro modalidades: Projovem Urbano; Projovem Campo – Saberes da Terra; Projovem Adolescente e Projovem Trabalhador” (Deluiz, 2010, p.30).

ferramentas necessárias para ingressarem no mercado de trabalho¹⁵ (Souza, 2006).

Além do “ProJovem” e do “Agente Jovem”, outros programas foram conduzidos ao longo dos anos visando à inserção dos jovens no mercado de trabalho e a sua profissionalização, como, por exemplo, o programa “Escola de Fábrica” e o “Saberes da Terra”, sendo transformados e unificados em 2007 no programa “ProJovem Integrado” (Rocha; Andrade, 2009).

Esses programas tinham em comum a atenção para ampliação da escolaridade e formação profissional e o repasse de diferentes auxílios financeiros aos jovens, como contrapartida de sua participação nas atividades oferecidas. Entretanto, a execução e a gestão destes não se davam de forma integrada e coordenada, sendo que nenhum tinha capacidade de atender universalmente todos os jovens considerados excluídos e que, portanto, eram público-alvo dos programas. Caracterizavam-se, de forma geral, por ações pontuais, fragmentadas e paralelas (Rocha; Andrade, 2009, p. 52).

Assim, é possível perceber que diversas políticas foram implementadas no país para a inserção dos jovens no mercado de trabalho e visando sua qualificação. No entanto, muitas tinham um tempo de duração reduzido, e não conseguiram total efetividade (Rocha; Andrade, 2009). Além disso, mudanças econômicas advindas de crises, decréscimo no número de vagas de trabalho e maiores exigências técnicas se configuraram como barreiras no processo de criação e inclusão dos jovens nos postos de trabalho (Deluiz, 2010).

Cabe ressaltar que, no que se refere ao programa “ProJovem”, em 16 de maio de 2024 ele foi relançado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da portaria SEMP/MTE nº 738. Entre outras coisas, essa portaria dispõe sobre os objetivos do programa (sendo o principal dar aos jovens em situação de vulnerabilidade social, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho), a carga horária do programa (350 horas/aula), conteúdos programáticos (comunicação oral e escrita, educação financeira, inclusão digital, entre outros), além de requisitos para o beneficiário do programa (ter entre 19 a 29 anos, estar desempregado, ter renda familiar *per capita* de até um salário mínimo, e não ter

¹⁵ “Os jovens não têm experiência, não conhecem a novidade da tecnologia de ponta, não concluíram o 2º grau, não podem pagar a mensalidade de um curso técnico, nem de um curso pré-vestibular” (Souza, 2006, p. 08).

concluído ou cursar atualmente o nível superior) (Brasil, 2024).

Portanto, para que as políticas públicas sejam eficazmente comprovadas é importante que o público-alvo perceba as mudanças positivas no seu contexto social (Rodrigues, 2015). Porém, no que se refere às políticas sociais de emprego e renda, a análise da realidade mostra que ainda existem obstáculos em relação ao planejamento e sua devida execução (Teixeira, 2002).

4. METODOLOGIA

Metodologicamente, foi utilizado o método de pesquisa dedutivo, uma vez que ele permite analisar e compreender os fatos partindo do geral para o particular, ou seja, de forma abrangente para o específico. A pesquisa tem caráter descritivo, visto que apresenta como está a inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro e as mudanças na dinâmica dessa inserção ao longo dos anos, apresentando dados comparativos que evidenciam a importância de determinadas variáveis nessa inserção (Richardson, 1985).

A abordagem utilizada na pesquisa é quantitativa, inicialmente tecendo um arcabouço teórico-econômico sobre emprego, renda, características do público-alvo, conjuntura econômica, indicadores sociais, entre outros conteúdos relacionados. A análise da literatura permitiu definir conceitualmente cada elemento e conhecer os fatores que impactam as variáveis apresentadas. Em contrapartida, os dados apresentam um panorama detalhado do mercado de trabalho para os jovens no Brasil entre 2018-2023 mostrando, entre outras coisas, o nível de ocupação, os principais setores em que esses trabalhadores estão inseridos, o grau de informalidade, a importância da escolaridade nesse contexto, e os impactos gerados pela última crise de saúde pública.

O público alvo escolhido nessa pesquisa são os jovens entre 14 a 24 anos, uma vez que, conforme evidenciam os dados, o nível de desemprego é maior nessas faixas etárias, se comparado com as demais. Além disso, estudar e analisar esse público, além de compreender o fenômeno do desemprego nessas faixas etárias, se mostra essencial, visto que está totalmente relacionada ao mercado de trabalho futuro do país (Silva; Kassouf 2002). Ademais, temporalmente fora escolhido o

período de 2018 a 2023, visto que são dados recentes e que retratam momentos *ex-ante* e *ex-post* à pandemia de COVID-19, além de ser um período pós-reforma trabalhista, e em que se tinha uma expectativa de melhora do ponto de vista econômico, em especial na virada de 2019 para 2020, sendo frustrada pela disseminação do vírus no mundo (Gullo, 2020).

Os procedimentos metodológicos incluem a análise da literatura por meio de pesquisa bibliográfica e o uso de estatística descritiva com tabelas e gráficos comparativos para a elucidação da realidade. Assim, a presente dissertação utiliza dados estatísticos de base secundária que permitiram traçar um panorama recente do mercado de trabalho para público jovem no Brasil. Os dados quantitativos e as séries históricas deste estudo estão delimitados ao aspecto espacial em nível de Brasil. Para isso, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No âmbito da PNAD Contínua cabe destacar algumas notas metodológicas relacionadas às conceituações utilizadas, a saber: (1) idade: a pesquisa considera o dia, o mês e o ano de nascimento calculado em relação ao último dia da semana de referência; (2) nível de instrução: é dado através de informações de série ou grau que o entrevistado frequentava ou havia frequentado e da sua conclusão; (3) pessoas em idade para trabalhar: pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência; (4) condição de ocupação: as pessoas em idade para trabalhar na semana de referência que estavam ocupadas (aquelas que trabalharam pelo menos 1h completa em trabalhos remunerados e não remunerados, ou aquelas que possuíam trabalho, mas estavam afastadas) ou desocupadas (aquelas que não possuíam trabalho na semana de referência, mas tomaram alguma providência para conseguir e estavam dispostas a assumir tal ocupação); (5) nível da ocupação: percentual das pessoas ocupadas na semana de referência em razão ao total de pessoas em idade para trabalhar; (6) posição na ocupação: empregado (pessoa que trabalhava para um empregador recebendo uma remuneração em contrapartida, como por exemplo, empregado do setor privado, público, militar, e trabalhador doméstico), conta própria (pessoa com seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, que não contava com empregados), empregador (pessoa que possui seu próprio empreendimento e que contava com, pelo menos, um empregado), trabalhador familiar auxiliar (pessoa

que trabalhava por pelo menos uma hora na semana de referência, sem receber remuneração, em ajuda a algum membro familiar); (7) categoria do emprego: pessoas com carteira de trabalho assinadas, militares e funcionários públicos estatutários; e sem carteira de trabalho assinada (Brasil, 2014).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo deste capítulo é analisar, por meio do levantamento de dados estatísticos, alguns indicadores que representam a situação do mercado de trabalho para o público jovem, entre 14 a 24 anos, no Brasil.

Primeiramente, por meio dos dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram apresentadas tabelas sobre o mercado de trabalho no Brasil, tecendo comparações entre a situação do emprego para o público adulto e para os jovens, a partir da condição de ocupação por idade. Além disso, foi configurado o perfil socioeconômico dos jovens no Brasil, apresentando variáveis como, por exemplo, idade, sexo, grau de escolaridade e situação de domicílio que dão um panorama das suas características.

Por conseguinte, mostrou a situação da informalidade para os jovens no mercado de trabalho brasileiro, a partir da sua condição de ocupação, categoria do emprego e do percentual de carteira assinada desse público. Além disso, foi possível verificar a situação dos rendimentos do público-alvo, 14 a 24 anos, se comparados a adultos que passaram da condição de juventude segundo o instituto de pesquisa, 25 a 29 anos, verificando se houve mudanças expressivas.

Por fim, foi possível verificar o grau de desalento desse público, a condição dos jovens que nem estudam e nem trabalham, e os motivos pelos quais não tomaram providência, na semana de referência, para conseguir alguma ocupação. Portanto, essas estatísticas evidenciaram a análise da realidade do mercado de trabalho para os jovens e as barreiras no processo de ocupação.

Tabela 01: Condição de Ocupação na Semana de Referência para Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade – Brasil 2018-2023

Condição de Ocupação	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.	Freq.	Percent.
Pessoas Ocupadas	934.864	88,39%	930.530	88,73%	614.970	87,40%	639.286	87,90%	821.218	91,30%	815.737	92,48%
Pessoas Desocupadas	122.799	11,61%	118.185	11,27%	88.658	12,60%	87.992	12,10%	78.236	8,7%	66.299	7,52%
Total	1.057.663	100%	1.048,72	100%	703.628	100%	727.278	100%	899.454	100%	882.036	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

O mercado de trabalho no Brasil constitui uma parcela significativa e essencial para o contexto econômico nacional, por isso é importante analisar o grau de ocupação no país ao longo dos anos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito da PNAD Contínua, são consideradas pessoas ocupadas, aquelas que na semana de referência, possuíam alguma ocupação, a saber: empregados (públicos ou privados, com ou sem carteira de trabalho assinada), trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores domésticos (com ou sem carteira de trabalho assinada), e trabalhadores familiares auxiliares (pessoas que ajudam no trabalho de seus familiares, sem remuneração) e que trabalharam pelo menos uma hora na semana. Por outro lado, são consideradas pessoas desocupadas, aquelas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumir, caso encontrem (Brasil, 2023).

Nesse contexto, de acordo com os dados obtidos na tabela 01, entre os anos de 2018 a 2019, período que antecedeu a pandemia de COVID-19, é possível perceber uma redução no percentual de pessoas desocupadas, caindo de 11,61% para 11,27%. No entanto, no ano de 2020, esse número volta a subir, sendo o maior registrado na série histórica estudada, alcançando o percentual de 12,60%.

Apesar das expectativas de que o ano de 2020, do ponto de vista econômico, seria melhor que o ano de 2019, a pandemia de COVID-19 apareceu como um ponto de inflexão nessa trajetória e impactou drasticamente as atividades econômicas. A crise na saúde somada à interrupção necessária de setores econômicos e ao isolamento social levou a uma redução na atividade produtiva do país, em especial em setores-chave como indústria, comércio e turismo (Gullo, 2020). Isso fica claro ao observar os dados, onde entre 2019 e 2020, o percentual de pessoas ocupadas caiu de 88,73% para 87,40%, não havendo melhora significativa no ano de 2021, onde a ocupação fechou em 87,90%. Na tabela ainda é possível notar que em 2022, ano em que a vacinação avança e o pior momento da pandemia já foi superado, o percentual de pessoas ocupadas aumenta para 91,30%. Com o passar dos anos, é possível perceber uma melhora na situação de ocupação no país, com o percentual de desemprego reduzindo para 7,52% em 2023.

Tabela 02: Condição De Ocupação Na Semana De Referência Para Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade Por Situação de Domicílio – Em Percentual – Brasil 2018-2023

Situação do Domicílio	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Ocupados (%)	Desocupados (%)										
Urbana	75,89%	81,80%	76,07%	81,99%	76,85%	83,18%	76,28%	83,59%	76,64%	82,90%	77,32%	83,13%
Rural	24,11%	18,20%	23,93%	18,01%	23,15%	16,82%	23,72%	16,41%	23,36%	17,10%	22,68%	16,87%
Total	100,00%	100,00%										

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Tabela 03: Jovens Por Situação de Domicílio – Em Percentual – Brasil 2018-2023

Faixa Etária	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Urbana	Rural										
14 a 19 anos	69,36%	30,64%	69,32%	30,68%	70,99%	29,01%	70,60%	29,40%	70,06%	29,94%	71,39%	28,61%
20 a 24 anos	74,40%	25,60%	74,37%	25,63%	75,63%	24,37%	75,27%	24,73%	75,50%	24,50%	76,20%	23,80%
25 a 29 anos	74,56%	25,44%	74,81%	25,19%	76,00%	24,00%	74,97%	24,03%	75,93%	24,07%	76,15%	23,85%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Na tabela de número 02, no que tange à condição de ocupação na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por situação de domicílio, no Brasil entre 2018 a 2023, é possível perceber dois contextos diferentes à realidade das pessoas que residem em áreas rurais e urbanas no Brasil.

No início da série história, nos anos de 2018 e 2019, é possível notar claramente que o percentual de pessoas desocupadas e de ocupadas é maior na zona urbana, uma vez que a maior parte da população reside nessa área. Um aspecto interessante, no que se referem a essas duas variáveis na zona rural é que, entre 2018 e 2019, anos que antecedem a pandemia, o número de pessoas desocupadas cai discretamente, passando de 18,20% para 18,01%. No entanto, nos anos de 2020 e 2021 essa queda se torna mais acentuada, e o percentual de pessoas desocupadas na zona rural chega a 16,82% em 2020 e 16,41% em 2021, menor valor da série histórica para a variável analisada, o que pode ser resultado do aumento no percentual de pessoas desocupadas na zona urbana que sai de 81,19% em 2019 para 83,18% em 2020, e não em função da redução do desemprego na zona rural. Igualmente, cabe ressaltar também que em virtude desses anos terem sido marcados por isolamento social, muitas pessoas decidiram sair da zona urbana para zona rural, uma vez que grande parte das empresas adotaram o *home office* em substituição ao modelo tradicional de trabalho, na modalidade presencial. Por fim, pode-se observar que no grupo residente na zona urbana, o percentual de desemprego aumentou consideravelmente em 2020, início da pandemia, porém obteve o maior percentual em 2021, com 83,59% dos residentes urbanos respondendo pelo total de desocupados.

No que se refere aos dados encontrados na tabela de número 03, entre 2018 e 2023, é possível notar que a maior parte do público jovem no Brasil está residindo em áreas urbanas. Na faixa etária de 20 a 24 anos, é possível verificar que em 2020 o percentual residente em zona urbana aumenta, e em zona rural diminui se comparado com os anos anteriores. No entanto, ocorre a inversão em 2021, onde o percentual que reside em zona urbana cai, e em zona rural aumenta. Esse resultado tende a ser reflexo da pandemia, uma vez que aqueles que migraram para zona urbana em função de um curso superior, ou trabalho, talvez tenham tido que retornar, visto que o cenário mudou drasticamente.

Tabela 04: Condição de Ocupação na Semana de Referência para Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade por Sexo – Em Percentual – Brasil
2018-2023

Condição de Ocupação	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Homem	Mulher										
Ocupados (%)	89,87%	86,42%	90,51%	86,40%	89,16%	85,07%	90,23%	84,84%	92,89%	89,22%	93,70%	90,90%
Desocupados (%)	10,13%	13,58%	9,49%	13,60%	10,84%	14,93%	9,77%	15,16%	7,11%	10,78%	6,30%	9,10%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Tabela 05: Jovens Por Sexo – Em Percentual da população por Sexo – Brasil 2018-2023

Faixa Etária	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
14 a 19 anos	10,38%	9,24%	10,21%	9,00%	9,85%	8,63%	9,82%	8,51%	9,58%	8,36%	9,35%	8,08%
20 a 24 anos	7,98%	7,38%	7,79%	7,23%	7,68%	7,05%	7,65%	6,85%	7,47%	6,77%	7,24%	6,54%
25 a 29 anos	7,13%	6,97%	6,99%	6,88%	6,79%	6,75%	6,69%	6,56%	6,78%	6,60%	6,87%	6,59%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

A tabela de número 04 diz respeito à condição de ocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo. Com esses dados, é possível analisar o percentual de homens e mulheres no Brasil, conforme a sua situação de ocupação, ao longo da série histórica, a saber, 2018 a 2023.

No ano de 2019, em relação à ocupação pré-pandemia, do total de homens no Brasil com 14 anos ou mais de idade, 90,51% estavam ocupados, enquanto os desocupados eram de 9,49%. Por outro lado, no mesmo período, do total de mulheres que viviam no Brasil, dada as condições da pesquisa, 86,40% estavam ocupadas, enquanto 13,60% passavam por uma situação de desemprego.

Em 2020, com a pandemia da COVID-19, o percentual de pessoas ocupadas para homens e mulheres caiu em relação a 2019, alcançando os percentuais de 89,16% e 85,05%, respectivamente. No que se refere aos indicadores de desocupação, percebe-se, ainda a partir da tabela número 04, que 10,84% do total de homens no país estavam desocupados e 14,93% do total de mulheres. Interessante ressaltar que o percentual de mulheres desocupadas, em relação ao percentual total de mulheres em condições de emprego nesse período, foi maior que o percentual de desocupação total de 2020 que era de 12,60%.

Analisando os dados da tabela número 04, é possível notar que no ano de 2021, marcado pela chegada das vacinas e redução de algumas restrições, o percentual de homens desocupados caiu para 9,77%, por outro lado, o percentual de mulheres desocupadas em relação ao percentual total de mulheres, aumentou para 15,16%. Assim, analisando esse ano e o restante da série, até 2023, nota-se que durante e no período pós-pandemia, os homens começaram a trabalhar ou recuperaram seus empregos mais rápido que no caso das mulheres. Esses dados corroboram o que está presente na literatura sobre mercado de trabalho, uma vez que, conforme fora observado, a taxa de desocupação para as mulheres é maior do que para os homens (Silva; Kassouf 2002; Tillmann; Comim, 2016).

Por fim, é possível perceber a partir da tabela de número 05 que no Brasil, do total de homens jovens, o maior percentual de desocupação está entre 14 a 19 anos, o mesmo acontecendo com as mulheres.

Tabela 06: Condição de Ocupação na Semana de Referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade por Faixa Etária – Brasil 2018-2023

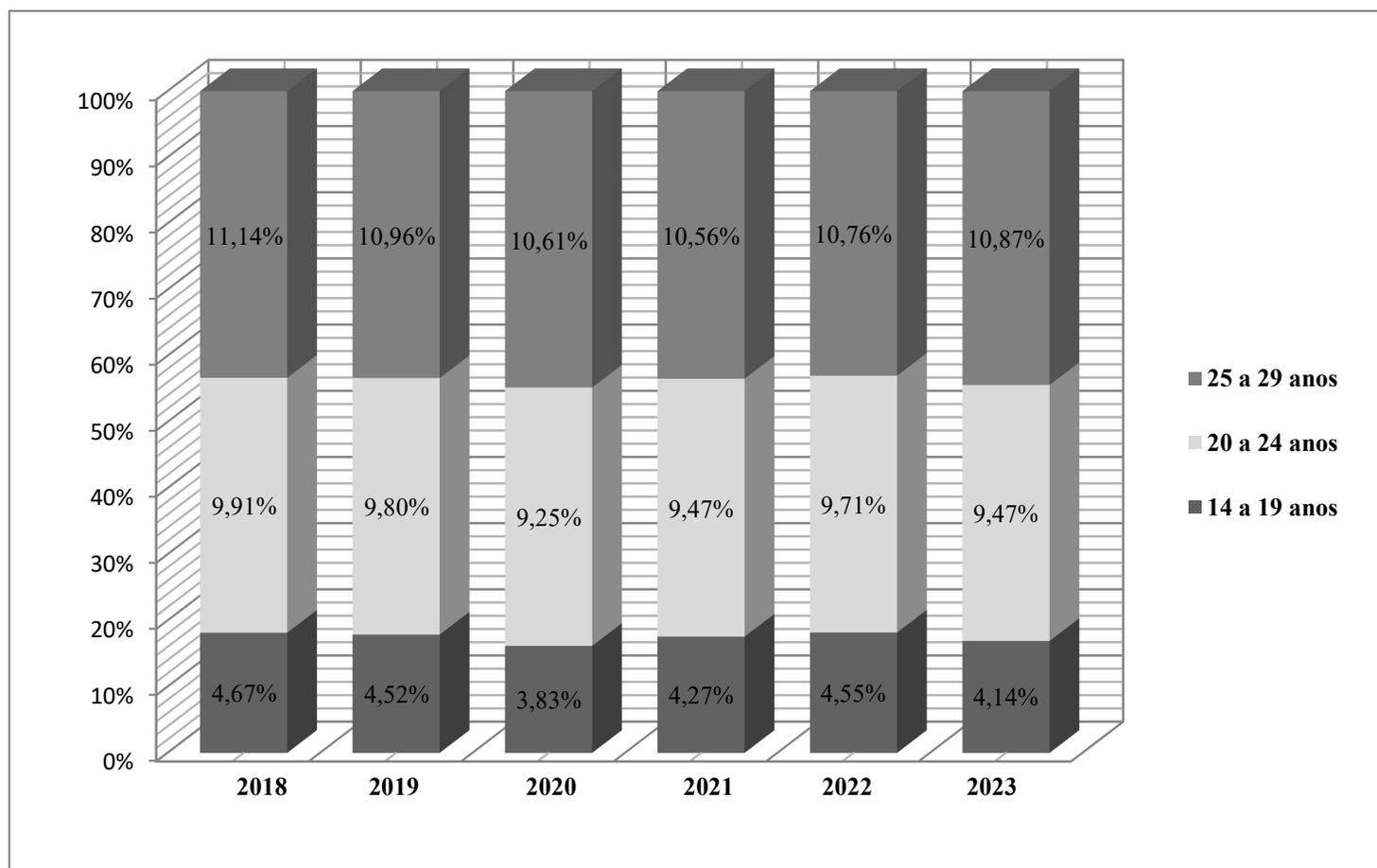
Faixa Etária	2018				2019				2020			
	Ocupadas	%	Desocupadas	%	Ocupadas	%	Desocupadas	%	Ocupadas	%	Desocupadas	%
14 a 19 anos	43.632	4,67%	22.731	18,51%	42.060	4,52%	21.698	18,36%	23.584	3,83%	13.898	15,68%
20 a 24 anos	92.644	9,91%	26.782	21,81%	91.219	9,80%	25.310	21,42%	56.873	9,25%	18.432	20,79%
25 a 29 anos	104.127	11,14%	17.240	14,04%	101.967	10,96%	16.448	13,92%	65.221	10,61%	12.620	14,23%
30 a 34 anos	117.795	12,60%	13.841	11,27%	115.540	12,42%	13.436	11,37%	74.829	12,17%	9.958	11,23%
35 a 39 anos	125.610	13,44%	12.401	10,10%	123.313	13,25%	11.714	9,91%	81.156	13,20%	9.056	10,21%
40 a 44 anos	114.617	12,26%	9.813	7,99%	115.115	12,37%	9.449	8,00%	79.128	12,87%	7.927	8,94%
45 a 49 anos	101.341	10,84%	7.349	5,98%	100.319	10,78%	7.193	6,09%	69.247	11,26%	6.174	6,96%
50 a 54 anos	91.082	9,74%	5.885	4,79%	91.800	9,87%	5.844	4,94%	62.463	10,16%	4.804	5,42%
55 a 59 anos	67.755	7,25%	3.957	3,22%	70.096	7,53%	4.090	3,46%	49.332	8,02%	3.514	3,96%
60 a 64 anos	41.305	4,42%	1.893	1,54%	42.417	4,56%	2.022	1,71%	29.208	4,75%	1.621	1,83%
65 a 69 anos	20.724	2,22%	648	0,53%	21.366	2,30%	704	0,60%	14.178	2,31%	479	0,54%
70 a 74 anos	8.778	0,94%	176	0,14%	9.621	1,03%	184	0,16%	6.190	1,01%	119	0,13%
75 a 79 anos	3.587	0,38%	53	0,04%	3.878	0,42%	74	0,06%	2.443	0,40%	38	0,04%
80 anos ou mais	1.867	0,20%	30	0,02%	1.819	0,20%	19	0,02%	1.118	0,18%	18	0,02%
Total	934.864		122.799		930.530		118.185		614.970		88.658	

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Faixa Etária	2021				2022				2023			
	Ocupadas	%	Desocupadas	%	Ocupadas	%	Desocupadas	%	Ocupadas	%	Desocupadas	%
14 a 19 anos	27.268	4,27%	14.057	15,98%	37.387	4,55%	13.342	17,05%	33.767	4,14%	10.776	16,25%
20 a 24 anos	60.570	9,47%	18.300	20,80%	79.720	9,71%	16.041	20,50%	77.241	9,47%	12.884	19,43%
25 a 29 anos	67.479	10,56%	11.983	13,62%	88.329	10,76%	10.634	13,59%	88.681	10,87%	9.134	13,78%
30 a 34 anos	72.479	11,34%	9.421	10,71%	92.033	11,21%	8.151	10,42%	91.262	11,19%	6.956	10,49%
35 a 39 anos	81.711	12,78%	8.945	10,17%	102.096	12,43%	7.364	9,41%	99.888	12,25%	6.552	9,88%
40 a 44 anos	81.700	12,78%	8.002	9,09%	105.529	12,85%	6.947	8,88%	106.564	13,06%	6.185	9,33%
45 a 49 anos	73.853	11,55%	6.238	7,09%	92.353	11,25%	5.494	7,02%	91.571	11,23%	4.917	7,42%
50 a 54 anos	65.029	10,17%	4.968	5,65%	81.707	9,95%	4.397	5,62%	81.750	10,02%	3.714	5,60%
55 a 59 anos	52.830	8,26%	3.681	4,18%	66.626	8,11%	3.405	4,35%	66.725	8,18%	2.930	4,42%
60 a 64 anos	31.294	4,90%	1.763	2,00%	41.083	5,00%	1.696	2,17%	42.623	5,23%	1.558	2,35%
65 a 69 anos	14.943	2,34%	465	0,53%	20.233	2,46%	553	0,71%	20.857	2,56%	506	0,76%
70 a 74 anos	6.456	1,01%	109	0,12%	9.016	1,10%	158	0,20%	9.557	1,17%	134	0,20%
75 a 79 anos	2.566	0,40%	46	0,05%	3.600	0,44%	36	0,05%	3.784	0,46%	42	0,06%
80 anos ou mais	1.108	0,17%	14	0,02%	1.506	0,18%	18	0,02%	1.467	0,18%	11	0,02%
Total	639.286		87.992		821.218		78.236		815.737		66.299	

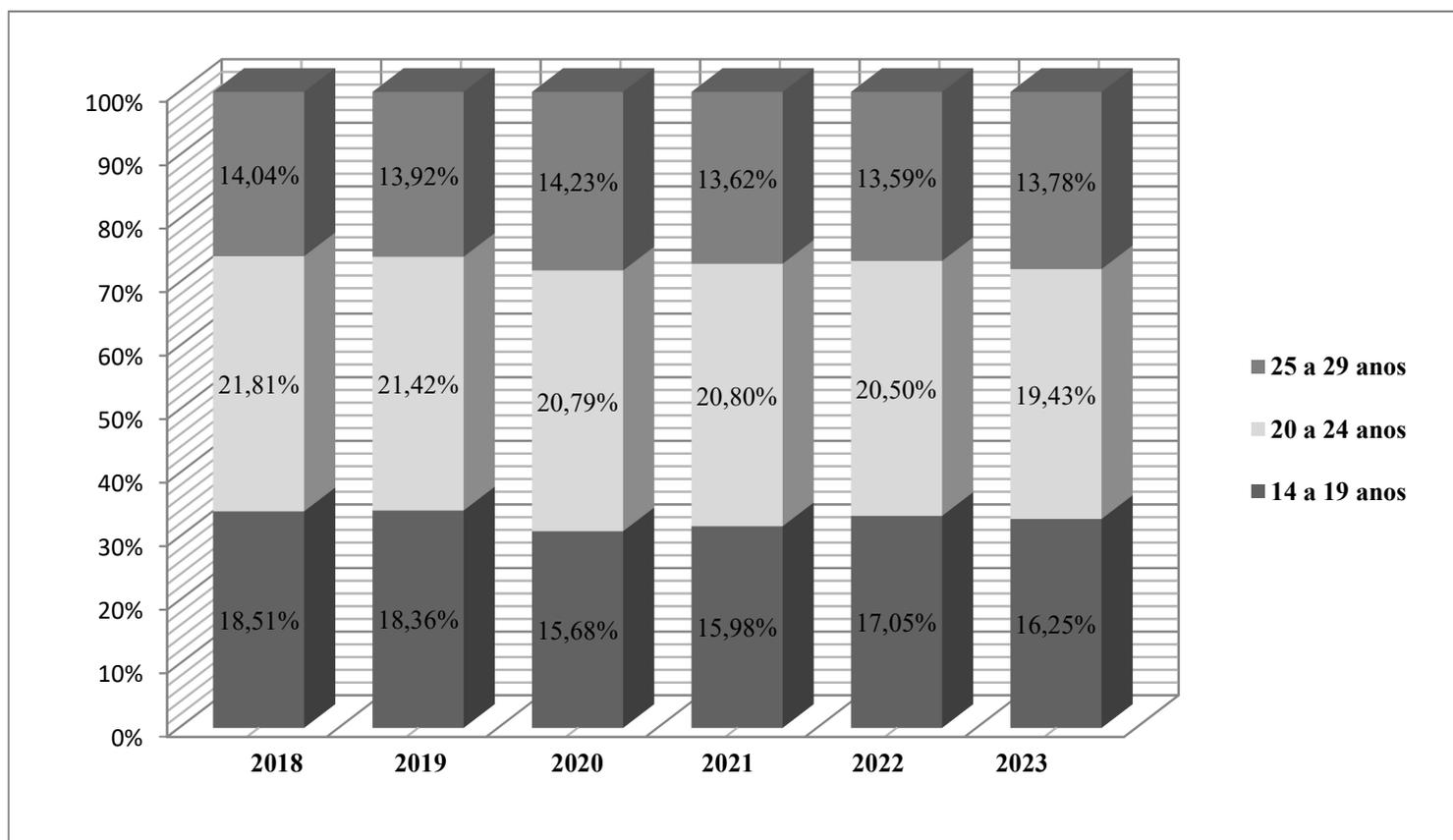
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Gráfico 01: Percentual de Ocupados Jovens na Semana de Referência – Brasil – 2018 a 2023



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Gráfico 02: Percentual de Desocupados Jovens na Semana de Referência – Brasil – 2018 a 2023.



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

A tabela de número 06 apresenta a condição de ocupação no Brasil, para as pessoas com 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, separando-as por faixa etária. Essa tabela nos permite compreender o grau de ocupação e desocupação do público-alvo dessa pesquisa, os jovens entre 14 a 24 anos, se comparados com adultos que acabaram de sair da juventude, 25 a 29 anos, e demais faixas etárias.

De acordo com os dados obtidos na tabela, embora não sejam o grupo com maior contingente populacional no Brasil, os jovens entre 20 e 24 anos levam o título de maior percentual de desocupados no país. É interessante ressaltar que esse nível de desocupação, embora sofra variações ao longo da série, não deixa de ser o maior com o passar dos anos. Em 2019, por exemplo, do percentual total de desocupados, 21,42% eram jovens entre 20 e 24 anos, e embora não fosse um grupo de risco durante a pandemia, ressalvado algumas condições especiais, em 2021 seu percentual de desocupação representava 20,80% do total de desocupados.

Se agrupadas as faixas etárias dos jovens examinados nesse estudo, a saber, de 14 a 24 anos, o total de jovens em relação ao total de desocupados no Brasil em 2023, período *ex-post* à pandemia, foi de 35,68%, uma parcela considerável se comparada ao público adulto. No entanto, quando é observada a taxa inversa ao desemprego, a taxa de ocupação, os números mostram o quanto é baixo o ingresso e permanência dos jovens no mercado de trabalho, e esse número ficou ainda mais acentuado durante a pandemia, onde, no ano de 2020, do total de ocupados, apenas 13,08% eram jovens entre 14 a 24 anos. É importante ressaltar que, no mesmo ano, apenas uma faixa etária, adultos entre 35 a 39 anos, representavam 13,20% do percentual de ocupados no país.

Os gráficos 01 e 02 ratificam as considerações apresentadas anteriormente no que se refere ao percentual de ocupação e desocupação do público jovem no Brasil. Assim, observa-se que, embora esse percentual tenha oscilado ao longo dos anos, é fácil perceber o quão significativo ele é, se comparado às demais faixas etárias. É importante ressaltar que o desemprego entre os jovens atrapalha suas chances futuras de crescimento profissional e financeiro, sendo um fator que os deixa apartados da relação socioeconômica existente no mercado de trabalho (Silva; Kassouf, 2002).

Tabela 07: Posição na Ocupação e Categoria do Emprego no Trabalho Principal da Semana de Referência Para Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade Por Faixa Etária – Brasil 2018-2023

• 2018

Faixa Etária	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta Própria	Trabalhador Familiar Auxiliar	Total
14 a 19 anos	10.761	14.819	91	2.140	266	1.397	661	126	5.298	8.073	43.632
20 a 24 anos	39.763	21.727	573	3.087	658	4.357	2.221	889	14.704	4.665	92.644
25 a 29 anos	45.413	16.688	1.068	3.445	1.113	4.634	4.819	2.411	21.540	2.996	104.127
30 a 34 anos	46.290	14.717	1.704	4.717	1.413	4.557	9.387	4.279	27.938	2.793	117.795
35 a 39 anos	44.395	13.678	2.690	6.154	1.787	4.526	12.495	5.607	31.448	2.830	125.610
40 a 44 anos	35.358	11.118	3.066	6.411	1.524	3.483	12.878	5.811	32.203	2.765	114.617
45 a 49 anos	27.106	8.757	2.844	6.132	1.273	2.610	12.760	5.496	31.797	2.566	101.341
50 a 54 anos	20.853	7.509	2.449	5.452	1.390	2.073	12.014	5.373	31.298	2.671	91.082
55 a 59 anos	13.002	5.446	1.749	3.854	1.061	1.426	8.659	4.292	26.061	2.205	67.755
60 a 64 anos	6.112	3.528	771	2.205	524	747	4.558	2.959	18.440	1.461	41.305
65 a 69 anos	2.019	1.617	237	1.013	228	321	1.779	1.888	10.750	872	20.724
70 a 74 anos	513	667	75	386	44	86	450	942	5.191	424	8.778
75 a 79 anos	128	252	12	101	14	40	33	449	2.332	226	3.587
80 anos ou mais	52	99	4	41	1	5	13	327	1.208	117	1.867
Total	291.765	120.622	17.333	45.138	11.296	30.262	82.727	40.849	260.208	34.664	934.864

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

• 2019

Faixa Etária	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta Própria	Trabalhador Familiar Auxiliar	Total
14 a 19 anos	10.480	14.214	94	2.012	261	1.269	605	95	5.310	7.720	42.060
20 a 24 anos	38.943	21.340	545	2.936	640	4.184	2.075	898	15.443	4.215	91.219
25 a 29 anos	43.662	17.067	882	3.386	917	4.430	4.379	2.450	22.023	2.771	101.967
30 a 34 anos	45.169	14.856	1.537	4.576	1.389	4.547	8.583	4.233	27.919	2.731	115.540
35 a 39 anos	43.112	13.725	2.331	5.967	1.737	4.288	12.168	5.496	31.773	2.716	123.313
40 a 44 anos	35.200	11.502	3.034	6.625	1.425	3.453	13.128	5.665	32.454	2.629	115.115
45 a 49 anos	26.953	9.035	2.793	6.178	1.204	2.682	12.507	5.229	31.264	2.474	100.319
50 a 54 anos	21.024	7.708	2.520	5.531	1.325	2.129	12.200	5.174	31.601	2.588	91.800
55 a 59 anos	13.373	5.770	1.792	4.098	1.011	1.501	8.631	4.312	27.468	2.140	70.096
60 a 64 anos	6.380	3.486	736	2.441	532	782	4.739	3.055	18.811	1.455	42.417
65 a 69 anos	2.119	1.703	225	1.068	234	329	1.891	1.804	11.039	954	21.366
70 a 74 anos	557	713	88	381	66	123	488	1.036	5.695	474	9.621
75 a 79 anos	147	252	21	137	14	43	36	527	2.483	218	3.878
80 anos ou mais	42	128	2	51	2	10	20	262	1.180	122	1.819
Total	287.161	121.499	16.600	45.387	10.757	29.770	81.450	40.236	264.463	33.207	930.530

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

• 2020

Faixa Etária	Emprega do no setor privado com carteira de trabalho assinada	Emprega do no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico sem carteira de trabalho assinada	Emprega do no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta Própria	Trabalha dor Familiar Auxiliar	Total
14 a 19 anos	5.805	7.647	34	1.061	146	603	415	61	3.041	4.771	23.584
20 a 24 anos	24.690	13.066	305	1.680	370	2.495	1.385	603	9.417	2.862	56.873
25 a 29 anos	28.468	10.235	533	1.971	598	2.938	2.920	1.480	14.352	1.726	65.221
30 a 34 anos	29.790	9.084	780	2.531	842	2.967	6.338	2.705	18.080	1.712	74.829
35 a 39 anos	28.974	8.268	1.346	3.384	1.123	2.851	8.873	3.514	21.155	1.668	81.156
40 a 44 anos	24.589	7.360	1.722	4.121	1.103	2.513	10.116	3.829	22.113	1.662	79.128
45 a 49 anos	18.557	5.843	1.828	4.014	848	1.934	9.459	3.672	21.380	1.712	69.247
50 a 54 anos	14.896	4.736	1.651	3.468	793	1.576	8.968	3.536	21.136	1.703	62.463
55 a 59 anos	9.688	3.704	1.088	2.601	696	1.196	6.960	3.054	18.692	1.653	49.332
60 a 64 anos	4.447	2.212	512	1.422	351	597	3.620	2.214	12.851	982	29.208
65 a 69 anos	1.415	1.058	149	684	157	270	1.440	1.240	7.116	649	14.178
70 a 74 anos	379	402	42	185	44	77	404	709	3.660	288	6.190
75 a 79 anos	91	166	18	68	12	28	23	324	1.603	110	2.443
80 anos ou mais	35	94	0	13	3	15	10	173	708	67	1.118
Total	191.824	73.875	10.008	27.203	7.086	20.060	60.931	27.114	175.304	21.565	614.970

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

• 2021

Faixa Etária	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta Própria	Trabalhador Familiar Auxiliar	Total
14 a 19 anos	6.600	9.582	45	1.191	114	568	431	61	3.837	4.839	27.268
20 a 24 anos	25.236	14.404	283	1.797	467	2.484	1.243	666	10.903	3.087	60.570
25 a 29 anos	28.593	11.162	540	2.075	628	2.702	2.507	1.399	15.960	1.913	67.479
30 a 34 anos	28.001	9.047	763	2.642	864	2.734	5.290	2.283	19.202	1.653	72.479
35 a 39 anos	28.709	8.614	1.228	3.724	1.046	2.812	8.146	3.069	22.539	1.824	81.711
40 a 44 anos	25.021	8.006	1.702	4.463	1.186	2.587	9.889	3.602	23.486	1.758	81.700
45 a 49 anos	19.722	6.670	1.760	4.265	963	1.982	9.615	3.623	23.457	1.796	73.853
50 a 54 anos	14.910	5.331	1.489	3.883	885	1.570	8.744	3.113	23.286	1.818	65.029
55 a 59 anos	9.853	4.193	1.159	2.864	732	1.057	7.211	2.917	21.159	1.685	52.830
60 a 64 anos	4.487	2.406	544	1.640	391	584	3.719	2.125	14.369	1.029	31.294
65 a 69 anos	1.448	1.142	153	646	155	201	1.612	1.263	7.701	622	14.943
70 a 74 anos	376	409	31	281	47	101	466	670	3.762	313	6.456
75 a 79 anos	89	182	14	72	11	28	38	315	1.679	138	2.566
80 anos ou mais	17	60	4	22	3	4	3	199	733	63	1.108
Total	193.062	81.208	9.715	29.565	7.492	19.414	58.914	25.305	192.073	22.538	639.286

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua – 2018-2023.

• 2022

Faixa Etária	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta Própria	Trabalhador Familiar Auxiliar	Total
14 a 19 anos	10.017	13.526	74	1.725	266	1.019	567	91	4.744	5.358	37.387
20 a 24 anos	33.866	19.767	397	2.409	795	3.852	1.676	770	13.392	2.796	79.720
25 a 29 anos	37.448	15.500	614	2.753	986	4.315	2.999	2.084	19.719	1.911	88.329
30 a 34 anos	36.160	12.493	956	3.304	1.160	4.008	5.913	3.366	22.957	1.716	92.033
35 a 39 anos	36.176	11.709	1.501	4.693	1.423	4.123	9.447	4.228	26.998	1.798	102.096
40 a 44 anos	33.431	10.989	2.258	5.757	1.488	3.935	11.599	4.859	29.295	1.918	105.529
45 a 49 anos	25.646	9.172	2.299	5.535	1.266	2.823	11.239	4.486	27.914	1.973	92.353
50 a 54 anos	19.638	7.192	2.081	5.048	1.069	2.290	10.504	4.352	27.657	1.876	81.707
55 a 59 anos	13.118	5.716	1.654	4.113	954	1.562	8.542	3.742	25.521	1.704	66.626
60 a 64 anos	6.215	3.548	746	2.420	549	900	4.710	2.587	18.216	1.192	41.083
65 a 69 anos	1.912	1.706	226	1.084	205	332	2.074	1.642	10.329	723	20.233
70 a 74 anos	548	685	50	387	66	130	701	833	5.210	406	9.016
75 a 79 anos	143	256	16	108	3	35	58	428	2.352	201	3.600
80 anos ou mais	39	83	3	33	4	9	19	211	1.015	90	1.506
Total	254.357	112.342	12.875	39.369	10.234	29.333	70.048	33.679	235.319	23.662	821.218

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

• 2023

Faixa Etária	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico sem carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	Militar e servidor estatutário	Empregador	Conta Própria	Trabalhador Familiar Auxiliar	Total
14 a 19 anos	9.795	12.352	65	1.375	232	972	537	87	4.147	4.205	33.767
20 a 24 anos	34.222	18.847	342	2.182	751	3.988	1.565	721	12.259	2.364	77.241
25 a 29 anos	38.075	15.595	645	2.591	1.064	4.501	2.976	1.993	19.536	1.705	88.681
30 a 34 anos	36.337	12.378	916	3.327	1.196	4.299	5.478	3.156	22.696	1.479	91.262
35 a 39 anos	36.245	11.684	1.388	4.613	1.523	4.472	8.632	4.162	25.578	1.591	99.888
40 a 44 anos	34.948	11.012	2.043	5.615	1.730	4.281	11.557	4.788	28.870	1.720	106.564
45 a 49 anos	26.290	8.913	2.190	5.738	1.368	3.176	10.888	4.312	27.078	1.618	91.571
50 a 54 anos	20.663	7.242	2.089	5.271	1.137	2.378	10.285	4.088	26.907	1.690	81.750
55 a 59 anos	13.768	5.994	1.677	4.253	922	1.702	8.513	3.746	24.566	1.584	66.725
60 a 64 anos	6.804	3.728	842	2.739	581	1.036	5.081	2.665	17.989	1.158	42.623
65 a 69 anos	2.167	1.833	230	1.165	234	421	2.069	1.603	10.454	681	20.857
70 a 74 anos	650	776	54	411	84	144	663	979	5.394	402	9.557
75 a 79 anos	173	279	27	140	19	38	70	460	2.427	151	3.784
80 anos ou mais	53	78	8	43	1	18	18	211	971	66	1.467
Total	260.190	110.711	12.516	39.463	10.842	31.426	68.332	32.971	228.872	20.414	815.737

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Tabela 08: Carteira De Trabalho Assinada Dos Jovens – Em Percentual – Brasil 2018-2023

Faixa Etária	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Sim	Não										
14 a 19 anos	3,47%	9,36%	3,44%	8,90%	2,86%	7,69%	3,21%	8,71%	3,73%	8,99%	3,56%	8,09%
20 a 24 anos	12,79%	14,88%	12,76%	14,47%	12,14%	14,23%	12,36%	14,35%	12,64%	14,38%	12,45%	13,78%
25 a 29 anos	14,85%	12,63%	14,45%	12,65%	14,17%	12,50%	14,15%	12,24%	14,07%	12,47%	14,03%	12,49%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

A tabela de número 07 apresenta a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por faixa etária, no Brasil, entre 2018 e 2023. A partir dos dados obtidos na tabela, é possível perceber que uma parcela considerável de jovens no Brasil está empregada no setor privado sem a carteira de trabalho assinada.

Por conseguinte, analisando as faixas etárias de maneira individual, é possível notar que entre os jovens de 14 a 19 anos, a maioria está empregada de maneira informal, no setor privado e sem carteira de trabalho assinada. Em 2019, por exemplo, do total de empregados informais no setor privado, 11,69% tinham entre 14 a 19 anos. Durante o período da pandemia, mesmo com a redução das restrições, em 2022, o número de jovens nessa faixa e nessa categoria de emprego era de 12,04%. Quando analisado o caso dos jovens entre 20 a 25 anos, embora a maioria esteja no mercado de trabalho formal, com carteira de trabalho assinada, uma parte considerável está no mercado de trabalho informal, trabalhando no setor privado sem carteira de trabalho assinada, seguido por trabalhadores por conta própria, familiar auxiliar e empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada.

Observa-se por meio dos dados que compõem a tabela 07, como a posição na ocupação e a categoria do emprego variam a depender da faixa etária. Embora a pandemia tenha afetado significante a ocupação dos jovens, é possível observar ao longo da série histórica, que os adultos se dispõem menos a entrar no mercado de trabalho informal, do que os jovens, e isso tende a ocorrer por diversos motivos como, por exemplo, maior conhecimento prévio de direitos e mais experiências profissionais. Por fim, é possível perceber na tabela de número 08, uma síntese dos jovens com e sem carteira de trabalho assinada no Brasil. Assim, é possível notar que, ao passar dos 24 anos, esse número reduz apenas discretamente, mostrando que é preciso orientar os jovens no mercado de trabalho o mais cedo possível sobre os perigos da informalidade, dando-lhes perspectivas futuras melhores.

Esses dados corroboram com a literatura sobre o tema, uma vez que, o alto índice de desemprego desses jovens, somados com a pouca experiência profissional e baixa qualificação, aumentam o grau de informalidade (Trovão; De Araújo, 2018; Nonato; Corrochano, 2021; Andrade, 2005; Rocha, 2008).

Tabela 09: Número Da Faixa Do Rendimento/Retirada Em dinheiro dos Jovens – Em Percentual – Brasil 2018-2023

NÚMERO DA FAIXA DO RENDIMENTO/RETIRADA EM DINHEIRO	2018			2019			2020		
	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
R\$ 1 a [0,5SM]	10,21%	11,05%	9,28%	9,66%	10,72%	9,18%	8,46%	10,53%	8,92%
[0,5SM]+1 a [1SM]	6,49%	13,29%	11,52%	6,41%	13,39%	11,45%	4,96%	12,88%	11,58%
[1SM]+1 a [2SM]	3,02%	12,13%	13,31%	3,10%	12,21%	13,22%	2,16%	10,73%	12,80%
[2SM]+1 a [3SM]	0,52%	5,36%	11,46%	0,55%	5,44%	11,11%	0,25%	3,96%	9,87%
[3SM]+1 a [5SM]	0,15%	2,74%	9,55%	0,16%	2,99%	9,32%	0,15%	1,93%	7,84%
[5SM]+1 a [10SM]	0,07%	1,06%	6,31%	0,08%	1,23%	6,19%	0,05%	0,97%	5,14%
[10SM]+1 a [20SM]	0,06%	0,43%	3,19%	0,04%	0,44%	3,17%	0,03%	0,43%	2,96%
[20SM]+1 ou mais	0,02%	0,23%	1,54%	0,00%	0,23%	1,39%	0,00%	0,26%	1,41%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

NÚMERO DA FAIXA DO RENDIMENTO/RETIRADA EM DINHEIRO	2021			2022			2023		
	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
R\$ 1 a [0,5SM]	9,07%	10,17%	8,87%	10,05%	10,51%	8,70%	9,14%	9,95%	8,54%
[0,5SM]+1 a [1SM]	5,56%	13,06%	11,67%	5,80%	13,61%	11,98%	5,78%	13,43%	12,00%
[1SM]+1 a [2SM]	2,40%	10,53%	12,51%	2,91%	11,07%	12,64%	2,73%	10,86%	12,66%
[2SM]+1 a [3SM]	0,40%	4,43%	9,91%	0,58%	5,21%	10,54%	0,50%	4,88%	10,70%
[3SM]+1 a [5SM]	0,15%	2,38%	7,69%	0,20%	2,65%	8,39%	0,21%	2,95%	9,04%
[5SM]+1 a [10SM]	0,07%	1,23%	5,03%	9,00%	1,24%	5,92%	0,12%	1,25%	6,12%
[10SM]+1 a [20SM]	0,09%	0,68%	2,90%	0,06%	0,83%	4,13%	0,12%	0,79%	4,18%
[20SM]+1 ou mais	0,05%	1,12%	1,96%	0,24%	1,32%	2,53%	0,16%	0,72%	2,94%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Na tabela 09, é possível verificar o número da faixa do rendimento/retirada em dinheiro dos jovens, de forma percentual no Brasil, durante os anos de 2018 a 2023. Os dados obtidos na tabela mostram que, no que se refere à questão salarial, o número do rendimento difere a depender das faixas etárias.

Quando analisados os jovens entre 14 e 19 anos é possível notar que a maioria recebe o equivalente a 0,5 salários-mínimos, embora durante o período de pandemia esse percentual tenha diminuído, talvez em função de encerramento de contratos, essa faixa salarial ainda é a de maior destaque nos jovens de 14 a 19 anos com o passar dos anos. Os programas de aprendizagem (Jovem-Aprendiz), os estágios, programas de auxílio governamental e bolsas para o desenvolvimento da aprendizagem podem explicar esse percentual, uma vez que a maioria dos jovens que ingressam nesses programas tem essa faixa etária e, na maioria dos casos, recebem tal remuneração.

Quando são analisados os adultos que acabaram que sair da juventude (25 a 29 anos), os dados deixam claro que as demais faixas salariais acima de 2SM ganham alguma notoriedade, mostrando que o salário tende a aumentar com a idade.

Por outro lado, quando analisados os jovens entre 20 a 24 anos, percebe-se que os maiores percentuais estão em três grupos distintos, a saber: o maior percentual é dos jovens que recebem 1SM, seguido por aqueles que recebem 2SM e os que recebem 0,5SM. Os demais percentuais salariais nessa idade são discretos e somados não alcançam os primeiros colocados individualmente. No entanto, quando analisados de forma anual, percebe-se que aumentou a participação desses jovens em faixas salariais maiores.

Assim, é possível constatar que a faixa etária influencia na remuneração, uma vez que as responsabilidades tendem a aumentar com a maturidade, levando esses jovens a procurar empregos mais atrativos financeiramente, o que é significativamente importante, uma vez que o salário é um dos principais determinantes para a mão-de-obra ingressar e permanecer no mercado de trabalho (Ehrenberg; Smith, 2000; Borjas, 2012; Krugman, Wells, 2007; Boyes; Melvin, 2006).

Tabela 10: Desalento Por Idade – Brasil 2018-2023

DESALENTO POR IDADE	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	freq.	%	freq.	%								
Faixa Etária												
14 a 19 anos	15.392	22,59%	14.801	21,43%	10.603	19,54%	11.204	20,64%	10.514	19,37%	7.789	17,46%
20 a 24 anos	10.243	15,03%	10.289	14,90%	8.464	15,60%	8.304	15,30%	7.610	14,02%	6.417	14,38%
25 a 29 anos	7.114	10,44%	6.930	10,03%	5.799	10,69%	5.333	9,83%	5.347	9,85%	4.463	10,00%
30 a 34 anos	6.666	9,78%	6.835	9,90%	5.314	9,79%	4.697	8,65%	4.913	9,05%	4.058	9,10%
35 a 39 anos	6.701	9,83%	6.891	9,98%	5.489	10,11%	5.083	9,37%	4.987	9,19%	4.263	9,55%
40 a 44 anos	5.569	8,17%	5.983	8,66%	4.822	8,89%	4.907	9,04%	5.014	9,24%	4.387	9,83%
45 a 49 anos	4.662	6,84%	4.942	7,16%	4.215	7,77%	4.343	8,00%	4.476	8,25%	3.858	8,65%
50 a 54 anos	4.189	6,15%	4.273	6,19%	3.518	6,48%	3.679	6,78%	3.775	6,95%	3.106	6,96%
55 a 59 anos	3.059	4,49%	3.456	5,00%	2.724	5,02%	3.148	5,80%	3.228	5,95%	2.543	5,70%
60 a 64 anos	2.152	3,16%	2.234	3,23%	1.716	3,16%	1.892	3,49%	2.118	3,90%	1.791	4,01%
65 a 69 anos	1.360	2,00%	1.338	1,94%	952	1,75%	1.010	1,86%	1.286	2,37%	1.060	2,38%
70 a 74 anos	624	0,92%	656	0,95%	402	0,74%	401	0,74%	635	1,17%	537	1,20%
75 a 79 anos	297	0,44%	301	0,44%	197	0,36%	208	0,38%	270	0,50%	240	0,54%
80 anos ou mais	111	0,16%	137	0,20%	55	0,10%	62	0,11%	105	0,19%	105	0,24%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Tabela 11: Pessoas Não Ocupadas – No período de... a ... (período de referência de 30 dias),... Tomou alguma providência para conseguir trabalho, seja um emprego ou um negócio próprio? – Brasil 2018-2023

FAIXA ETÁRIA	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Sim	Não										
14 a 19 anos	18,50%	20,48%	18,37%	20,13%	15,61%	18,61%	15,87%	18,07%	17,02%	17,90%	16,20%	17,77%
20 a 24 anos	21,75%	6,92%	21,25%	6,58%	20,66%	6,85%	20,59%	6,10%	20,29%	5,99%	19,20%	5,94%
25 a 29 anos	14,04%	4,79%	13,93%	4,61%	14,20%	4,81%	13,60%	4,31%	13,55%	4,32%	13,71%	4,39%
30 a 34 anos	11,23%	4,61%	11,38%	4,47%	11,21%	4,59%	10,71%	4,09%	10,42%	4,03%	10,51%	4,10%
35 a 39 anos	10,12%	4,66%	9,92%	4,61%	10,26%	4,86%	10,17%	4,37%	9,45%	4,30%	9,86%	4,30%
40 a 44 anos	7,98%	4,59%	7,99%	4,53%	8,96%	4,85%	9,11%	4,69%	8,88%	4,70%	9,30%	4,73%
45 a 49 anos	5,98%	4,81%	6,08%	4,70%	6,99%	4,95%	7,11%	4,94%	7,03%	4,88%	7,47%	4,90%
50 a 54 anos	4,82%	6,08%	4,97%	5,94%	5,46%	6,06%	5,71%	5,93%	5,68%	5,83%	5,66%	5,77%
55 a 59 anos	3,24%	7,20%	3,49%	7,50%	3,98%	7,52%	4,26%	7,60%	4,41%	7,67%	4,54%	7,35%
60 a 64 anos	1,57%	8,67%	1,74%	8,88%	1,88%	9,02%	2,06%	9,48%	2,21%	9,34%	2,41%	9,31%
65 a 69 anos	0,55%	8,57%	0,62%	8,81%	0,58%	8,91%	0,58%	9,70%	0,76%	9,66%	0,81%	9,70%
70 a 74 anos	0,15%	7,03%	0,16%	7,22%	0,15%	7,23%	0,15%	7,97%	0,22%	8,17%	0,22%	8,37%
75 a 79 anos	0,05%	5,17%	0,07%	5,33%	0,05%	5,19%	0,06%	5,59%	0,06%	5,82%	0,08%	5,99%
80 anos ou mais	0,03%	6,42%	0,02%	6,70%	0,02%	6,56%	0,03%	7,16%	0,03%	7,40%	0,03%	7,37%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Tabela 12: Pessoas Não Ocupadas – Qual foi o principal motivo de ... não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de ... a ... (período de referência de 30 dias)? – Brasil 2018-2023

Qual foi o principal motivo de ... não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de ... a ... (período de referência de 30 dias)?	2018			2019			2020		
	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	16,00%	18,77%	14,19%	15,49%	20,08%	12,62%	14,73%	17,35%	12,77%
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	20,07%	18,15%	11,57%	20,13%	17,66%	12,16%	17,45%	17,09%	12,73%
Não conseguia trabalho adequado	18,41%	14,96%	10,59%	18,09%	14,06%	10,50%	16,39%	16,04%	10,58%
Não tinha experiência profissional ou qualificação	37,00%	17,31%	8,62%	35,14%	17,40%	7,75%	36,48%	16,39%	8,56%
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	36,26%	1,05%	0,34%	32,41%	0,72%	0,21%	30,45%	0,97%	0,25%
Não havia trabalho na localidade	20,83%	15,50%	11,13%	20,02%	15,36%	10,64%	18,03%	15,92%	11,29%
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	6,97%	13,59%	14,83%	6,90%	12,96%	14,24%	5,55%	12,13%	14,77%
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	72,74%	16,89%	5,09%	72,18%	17,01%	5,00%	68,58%	19,73%	5,25%
Por problema de saúde ou gravidez	3,37%	4,49%	4,26%	2,93%	3,92%	4,04%	2,78%	4,43%	4,18%
Outro motivo, especifique	19,33%	11,97%	8,77%	17,88%	12,12%	8,71%	12,29%	14,07%	10,33%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Qual foi o principal motivo de ... não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de ... a ... (período de referência de 30 dias)?	2021			2022			2023		
	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	20,50%	18,76%	12,19%	15,03%	18,14%	11,80%	13,47%	20,93%	10,53%
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	17,90%	15,42%	12,48%	17,17%	16,88%	12,02%	17,47%	16,87%	12,18%
Não conseguia trabalho adequado	15,84%	14,82%	9,53%	15,36%	14,40%	10,28%	13,95%	14,37%	10,44%
Não tinha experiência profissional ou qualificação	36,46%	17,58%	7,25%	34,39%	16,97%	8,95%	29,92%	18,23%	8,37%
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	35,89%	0,63%	0,17%	27,77%	0,86%	0,18%	25,05%	0,45%	0,31%
Não havia trabalho na localidade	18,59%	15,86%	10,61%	18,03%	14,30%	10,46%	16,85%	14,49%	10,58%
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	5,23%	10,93%	14,72%	5,73%	11,42%	13,33%	4,70%	11,55%	14,75%
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	69,47%	18,93%	6,18%	73,36%	15,75%	4,96%	72,38%	15,88%	5,30%
Por problema de saúde ou gravidez	3,33%	4,37%	4,13%	3,11%	4,25%	3,98%	2,53%	3,75%	3,75%
Outro motivo, especifique	12,77%	10,53%	7,26%	14,88%	9,50%	7,46%	14,03%	10,34%	8,65%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

A tabela de número 10 retrata o desalento por idade no Brasil, entre 2018 a 2023. É importante ressaltar que, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas desalentadas são aquelas que no período de referência, apesar de estarem disponíveis para trabalhar, não procuram emprego porque acreditavam que não encontrariam, desistindo assim da sua procura por trabalho. São inúmeros os motivos para essa decisão, a saber: falta de trabalho adequado ou na localidade, ser considerado muito jovem ou idoso, não ter experiência ou qualificação, entre outros (Brasil, 2023).

Os dados da tabela 10 mostram que o desalento no Brasil é maior entre os jovens, especialmente na faixa etária de 14 a 19 anos. Embora esse percentual tenha sofrido alterações ao longo dos anos, continuou sendo o maior nessa faixa etária. Em segundo lugar na questão do desalento no Brasil, estão os jovens de 20 a 24 anos, que passaram de 15,03% em 2018 para 15,60% em 2020, reduzindo somente em 2022, onde alcançou a menor marca na série histórica, o percentual de 14,02%. Esses dados nos revelam que, embora a pandemia tenha minado o desejo de muitos jovens de estarem no mercado de trabalho, mesmo *ex-ante* a ela, muitos deles já não estavam procurando, visto que desde 2018 percebem-se grandes percentuais de desalento.

Os dados sobre o desalento apresentados na tabela 10 corroboram o referencial teórico sobre o tema, visto que os maiores percentuais referentes à falta de estímulo para procurar trabalho estão nos indivíduos jovens que muitas vezes, além de não trabalharem, não estudam (DIEESE, 2009; Nonato; Corrochano, 2021; Camarano; Kanso, 2012).

Na tabela 11, são apresentados os dados referentes às pessoas não ocupadas, se tomaram alguma providência para conseguir trabalho, seja um emprego ou um negócio próprio. As estatísticas da PNAD Contínua revelam que a maioria dos jovens desocupados da faixa etária de 14 a 19 anos não tomou nenhuma providência para conseguir emprego no período de referência. No entanto, cumpre destacar que esse número reduz com o passar dos anos, saindo de 20,48% em 2018 para 17,77% em 2023, muitas vezes em função da crise. Por outro lado, os jovens de 20 a 24 anos que, no início da série, estavam mais propícios a tomar providências para procurar trabalho, reduzem essa procura no período de pandemia, saindo de 21,75% em 2018

para 19,20% em 2023.

Os motivos para não terem tomado providências estão descritos na tabela 12, entre eles pode-se destacar que, das pessoas que não estavam procurando por estarem estudando, os jovens entre 14 a 19 anos representam 72,74% do total em 2018 e 72,38% em 2023, o que é de se esperar, visto que essa idade é compatível com a idade escolar. Das pessoas que não conseguiam trabalhar por serem consideradas muito jovens ou idosas, essa faixa etária representava 36,26% em 2018 a 25,05% em 2023. Por fim, do total que não conseguia trabalho por falta de experiência profissional, a faixa etária de 14 a 19 anos representava 37,00% em 2018 a 29,92% em 2023.

Quando é analisado o segundo grupo de jovens, de faixa etária entre 20 a 24 anos, percebe-se que ser considerado muito jovem não se enquadra na maioria dos perfis. Nesse grupo, os percentuais não estão concentrados em poucos motivos, estão mais dispersos. No entanto, não ter experiência profissional ou qualificação ainda se encaixa em grande parte desses jovens, em 2018, por exemplo, das pessoas que não procuraram trabalho por esse motivo, 17,31% eram jovens entre 20 e 24 anos, em 2023, no pós-pandemia, nesse motivo já se enquadravam 18,23% desses jovens. O motivo relacionado aos estudos caiu consideravelmente nessa faixa etária depois da pandemia, em 2020, das pessoas que não procuravam trabalho por estarem estudando, os jovens dessa faixa representavam 19,73%, no entanto, em 2023 eles eram apenas 15,88%. Os que não conseguiam trabalho adequado cresceram apenas no ano de 2020, em função da crise econômica que veio com a pandemia, porém se manteve em média na faixa dos 14% ao longo dos demais anos.

Além disso, dentre outros motivos dados pelos participantes, pode-se considerar os auxílios governamentais dados pelo Estado, uma vez que disponibilizam uma renda básica para os indivíduos. Ademais, cumpre destacar que nos anos de pandemia foi disponibilizado um auxílio emergencial para pessoas de baixa renda, que tivessem um rendimento familiar *per capita* inferior a 0,5SM (Marins, et al., 2021).

Tabela 13: Nível de Instrução Mais Elevado Alcançado (Pessoas de 05 anos ou mais de idade) Padronizado para o Ensino Fundamental – Sistema de 09 Anos Por Situação de Ocupação – Brasil 2018-2023

Níveis de Instrução	2018				2019				2020			
	Ocupados	%	Desocupados	%	Ocupados	%	Desocupados	%	Ocupados	%	Desocupados	%
Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	30.008	91,80%	2.681	8,20%	27.625	92,15%	2.353	7,85%	15.411	90,67%	1.586	9,33%
Fundamental Incompleto ou equivalente	262.935	89,78%	29.927	10,22%	250.514	90,19%	27.238	9,81%	151.918	88,80%	19.163	11,20%
Fundamental completo ou equivalente	79.698	87,26%	11.633	12,74%	77.589	87,44%	11.144	12,56%	48.691	86,00%	7.929	14,00%
Médio Incompleto ou equivalente	62.345	80,90%	14.721	19,10%	62.439	81,41%	14.254	18,59%	38.858	79,35%	10.112	20,65%
Médio completo ou equivalente	286.616	86,49%	44.781	13,51%	292.198	86,91%	44.017	13,09%	197.870	85,23%	34.283	14,77%
Superior Incompleto ou equivalente	52.141	85,99%	8.498	14,01%	52.918	86,71%	8.113	13,29%	36.296	84,80%	6.506	15,20%
Superior completo	161.121	93,85%	10.558	6,15%	167.247	93,79%	11.066	6,21%	125.926	93,28%	9.079	6,72%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Níveis de Instrução	2021				2022				2023			
	Ocupados	%	Desocupados	%	Ocupados	%	Desocupados	%	Ocupados	%	Desocupados	%
Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	18.958	91,78%	1.699	8,22%	26.274	93,42%	1.852	6,58%	25.439	94,59%	1.455	5,41%
Fundamental Incompleto ou equivalente	156.768	89,47%	18.454	10,53%	194.734	92,20%	16.484	7,80%	183.300	93,21%	13.356	6,79%
Fundamental completo ou equivalente	51.366	86,94%	7.715	13,06%	64.013	90,52%	6.701	9,48%	60.977	91,52%	5.651	8,48%
Médio Incompleto ou equivalente	44.045	80,40%	10.739	19,60%	57.697	85,49%	9.790	14,51%	55.500	87,46%	7.960	12,54%
Médio completo ou equivalente	206.939	85,72%	34.481	14,28%	271.489	89,89%	30.524	10,11%	275.973	91,18%	26.685	8,82%
Superior Incompleto ou equivalente	35.665	85,33%	6.133	14,67%	46.113	90,11%	5.063	9,89%	45.832	91,51%	4.251	8,49%
Superior completo	125.545	93,47%	8.771	6,53%	160.898	95,36%	7.822	4,64%	168.716	96,05%	6.941	3,95%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Tabela 14: Nível de Instrução Mais Elevado Alcançado (Pessoas de 14 anos ou mais de idade) Padronizado para o Ensino Fundamental – Sistema de 09 Anos – Por Faixa Etária - Brasil 2018 – 2023

- 2018

Faixa Etária	Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental Incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio Incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior Incompleto ou equivalente	Superior completo
14 a 19 anos	0,87%	8,91%	23,79%	41,99%	8,02%	7,42%	0,08%
20 a 24 anos	0,90%	2,90%	8,35%	14,62%	15,45%	35,67%	4,80%
25 a 29 anos	1,09%	3,27%	7,93%	9,99%	12,92%	17,11%	12,95%
30 a 34 anos	1,75%	4,34%	8,47%	8,72%	12,96%	11,53%	14,88%
35 a 39 anos	2,78%	5,74%	8,30%	6,86%	12,43%	8,81%	15,19%
40 a 44 anos	3,87%	6,80%	7,92%	4,94%	9,64%	5,72%	12,07%
45 a 49 anos	4,48%	6,96%	7,83%	3,83%	7,79%	3,80%	9,71%
50 a 54 anos	5,87%	7,27%	8,06%	3,23%	6,75%	3,12%	8,82%
55 a 59 anos	6,48%	6,77%	6,58%	2,38%	5,31%	2,54%	7,27%
60 a 64 anos	7,52%	6,15%	4,99%	1,62%	3,78%	2,03%	5,67%
65 a 69 anos	7,90%	5,13%	3,18%	0,94%	2,30%	1,27%	4,01%
70 a 74 anos	7,35%	3,80%	1,92%	0,47%	1,25%	0,56%	2,33%
75 a 79 anos	6,19%	2,63%	1,13%	0,23%	0,67%	0,24%	1,17%
80 anos ou mais	8,97%	2,88%	1,30%	0,17%	0,72%	0,17%	1,04%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

- 2019

Faixa Etária	Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental Incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio Incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior Incompleto ou equivalente	Superior completo
14 a 19 anos	0,90%	8,75%	23,85%	41,41%	7,67%	6,88%	0,07%
20 a 24 anos	0,86%	2,61%	7,88%	13,89%	15,14%	35,13%	4,93%
25 a 29 anos	0,99%	3,05%	7,66%	9,89%	12,59%	17,11%	12,53%
30 a 34 anos	1,57%	4,03%	8,22%	8,76%	12,89%	11,53%	14,58%
35 a 39 anos	2,61%	5,47%	8,11%	7,15%	12,29%	8,97%	14,89%
40 a 44 anos	3,72%	6,66%	8,06%	5,13%	9,75%	5,80%	12,38%
45 a 49 anos	4,24%	6,82%	7,66%	3,92%	7,88%	3,93%	9,76%
50 a 54 anos	5,68%	7,33%	7,82%	3,37%	6,85%	3,23%	8,93%
55 a 59 anos	6,59%	7,10%	7,03%	2,60%	5,61%	2,70%	7,36%
60 a 64 anos	7,42%	6,42%	5,17%	1,68%	4,04%	2,17%	5,58%
65 a 69 anos	7,82%	5,32%	3,54%	1,15%	2,43%	1,39%	4,11%
70 a 74 anos	7,30%	3,99%	2,15%	0,53%	1,37%	0,68%	2,45%
75 a 79 anos	6,31%	2,76%	1,29%	0,28%	0,71%	0,27%	1,27%
80 anos ou mais	9,26%	3,05%	1,36%	0,25%	0,78%	0,22%	1,16%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

- 2020

Faixa Etária	Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental Incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio Incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior Incompleto ou equivalente	Superior completo
14 a 19 anos	0,88%	8,34%	23,30%	41,29%	7,32%	6,40%	0,06%
20 a 24 anos	0,75%	2,19%	6,81%	13,08%	14,96%	34,91%	4,56%
25 a 29 anos	0,92%	2,68%	6,75%	9,28%	12,10%	16,88%	12,04%
30 a 34 anos	1,22%	3,53%	7,64%	8,40%	12,14%	11,00%	14,31%
35 a 39 anos	2,24%	4,97%	8,02%	7,29%	11,96%	8,98%	14,47%
40 a 44 anos	3,49%	6,36%	7,85%	5,42%	10,23%	6,27%	12,80%
45 a 49 anos	4,03%	7,05%	7,57%	4,24%	7,99%	4,01%	9,87%
50 a 54 anos	5,47%	7,47%	7,99%	3,69%	6,97%	3,24%	8,75%
55 a 59 anos	6,22%	7,32%	7,98%	2,80%	5,94%	2,94%	7,76%
60 a 64 anos	7,10%	6,88%	5,93%	2,05%	4,32%	2,45%	5,93%
65 a 69 anos	7,64%	5,77%	4,21%	1,24%	2,84%	1,58%	4,21%
70 a 74 anos	7,51%	4,35%	2,56%	0,60%	1,55%	0,86%	2,73%
75 a 79 anos	6,28%	3,02%	1,56%	0,33%	0,83%	0,27%	1,39%
80 anos ou mais	9,86%	3,46%	1,68%	0,28%	0,82%	0,22%	1,13%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

- 2021

Faixa Etária	Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental Incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio Incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior Incompleto ou equivalente	Superior completo
14 a 19 anos	0,78%	8,77%	21,84%	41,36%	6,58%	5,22%	0,08%
20 a 24 anos	0,92%	2,12%	6,25%	12,71%	15,04%	36,08%	4,28%
25 a 29 anos	1,06%	2,50%	6,57%	9,29%	12,08%	17,02%	11,69%
30 a 34 anos	1,34%	3,33%	7,02%	7,86%	11,50%	10,67%	13,39%
35 a 39 anos	2,12%	4,58%	8,02%	7,46%	11,87%	8,71%	14,24%
40 a 44 anos	3,52%	6,18%	7,77%	5,67%	10,58%	6,67%	12,98%
45 a 49 anos	4,36%	7,12%	7,80%	4,32%	8,40%	4,42%	10,39%
50 a 54 anos	5,48%	7,56%	8,13%	3,59%	7,09%	3,02%	8,77%
55 a 59 anos	6,61%	7,63%	8,13%	3,05%	6,05%	2,54%	7,83%
60 a 64 anos	7,31%	7,12%	6,59%	2,07%	4,51%	2,39%	6,16%
65 a 69 anos	7,73%	6,11%	4,91%	1,35%	2,92%	1,82%	4,47%
70 a 74 anos	7,83%	4,61%	3,01%	0,65%	1,67%	0,82%	2,88%
75 a 79 anos	6,23%	3,14%	1,81%	0,31%	0,84%	0,36%	1,61%
80 anos ou mais	9,89%	3,64%	1,98%	0,32%	0,86%	0,26%	1,25%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

- 2022

Faixa Etária	Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental Incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio Incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior Incompleto ou equivalente	Superior completo
14 a 19 anos	0,84%	8,20%	22,98%	40,53%	6,91%	4,48%	0,06%
20 a 24 anos	0,88%	2,07%	6,38%	12,66%	14,88%	34,55%	4,03%
25 a 29 anos	0,98%	2,62%	6,68%	9,40%	12,07%	17,41%	11,52%
30 a 34 anos	1,36%	3,28%	7,09%	8,00%	11,14%	10,57%	13,48%
35 a 39 anos	2,14%	4,50%	7,74%	7,20%	11,50%	9,34%	14,00%
40 a 44 anos	3,60%	6,11%	7,91%	5,92%	10,60%	7,21%	13,61%
45 a 49 anos	4,63%	6,95%	7,39%	4,42%	8,42%	4,56%	10,32%
50 a 54 anos	5,58%	7,56%	7,76%	3,50%	7,06%	3,42%	8,58%
55 a 59 anos	6,79%	7,72%	8,03%	3,21%	6,01%	2,78%	7,69%
60 a 64 anos	7,57%	7,07%	6,38%	2,24%	4,62%	2,45%	6,09%
65 a 69 anos	7,60%	6,13%	4,73%	1,46%	3,05%	1,73%	4,59%
70 a 74 anos	7,61%	4,71%	3,12%	0,76%	1,86%	0,93%	2,95%
75 a 79 anos	6,48%	3,17%	1,73%	0,34%	0,97%	0,39%	1,71%
80 anos ou mais	10,15%	3,64%	1,93%	0,36%	0,91%	1,70%	1,35%

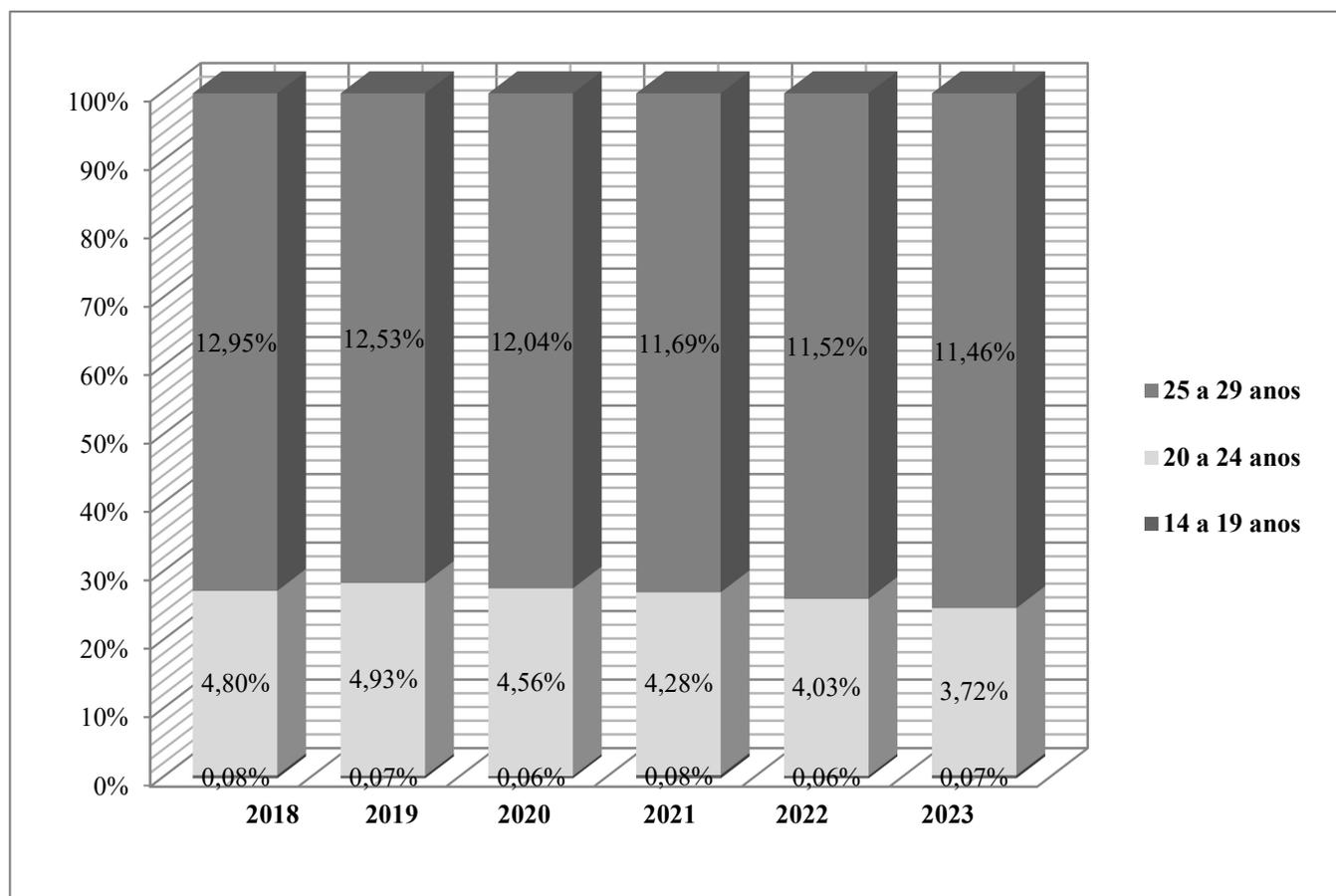
Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

- 2023

Faixa Etária	Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental Incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio Incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior Incompleto ou equivalente	Superior completo
14 a 19 anos	0,91%	7,98%	22,91%	40,61%	6,43%	4,82%	0,07%
20 a 24 anos	0,89%	1,88%	6,27%	11,98%	14,37%	33,51%	3,72%
25 a 29 anos	0,96%	2,39%	6,52%	9,31%	12,28%	17,36%	11,46%
30 a 34 anos	1,31%	3,17%	6,90%	7,83%	11,11%	10,98%	13,16%
35 a 39 anos	2,07%	4,23%	7,58%	7,41%	11,28%	9,27%	13,83%
40 a 44 anos	3,53%	5,92%	7,85%	6,00%	10,86%	7,20%	14,08%
45 a 49 anos	4,66%	6,70%	7,39%	4,57%	8,57%	4,72%	10,45%
50 a 54 anos	5,53%	7,57%	7,52%	3,64%	7,23%	3,17%	8,48%
55 a 59 anos	6,53%	7,71%	7,77%	3,06%	6,03%	2,85%	7,60%
60 a 64 anos	7,49%	7,27%	6,87%	2,39%	4,73%	2,41%	6,19%
65 a 69 anos	7,49%	6,29%	5,06%	1,57%	3,23%	1,75%	4,61%
70 a 74 anos	7,67%	4,98%	3,29%	0,86%	1,94%	1,20%	3,05%
75 a 79 anos	6,52%	3,38%	1,84%	0,40%	1,02%	0,52%	1,82%
80 anos ou mais	9,86%	3,75%	2,07%	0,37%	0,94%	0,24%	1,48%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

Gráfico 03: Percentual de Jovens com Ensino Superior Completo 2018 a 2023



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua– 2018-2023.

A tabela de número 13 mostra o nível de instrução mais elevado alcançado (pessoas de 05 anos ou mais de idade) padronizado para o ensino fundamental, sistema de 09 anos, por situação de ocupação no Brasil entre 2018 a 2023. É importante notar que a maior taxa de ocupação ao longo dos anos é de indivíduos com o ensino superior completo. Em 2018, das pessoas que tinham ensino superior completo, 93,85% estavam ocupados e, embora no período de pandemia, em 2020 esse número tenha caído para 93,28%, em 2022 já tinha superado o valor inicial da série histórica com 95,36%, atingindo seu pico em 2023, com 96,05% das pessoas com superior completo em ocupações.

Dessa forma, os dados apresentados evidenciam a discussão sobre a importância do capital humano apresentado no referencial teórico, uma vez que quanto maior o nível de escolaridade, menores os índices de desocupação. Assim, embora não seja o único, o aumento nos níveis de educação é um dos fatores que contribui para romper as barreiras de inserção no mercado de trabalho. Além disso, quando essa qualificação é aliada com instrumentos para a prática do desenvolvimento da aprendizagem profissional, como no caso de estágios, essa combinação garante ferramentas importantes para a produtividade e desenvolvimento profissional (Samuelson; Nordhaus, 1993; Rossetti, 1997; Pastore, 2014).

Por outro lado, se analisado o percentual de pessoas desocupadas ao longo dos anos, percebe-se que a maior taxa está naquelas que possuem o ensino médio incompleto ou equivalente. Em 2018, das pessoas com esse grau de instrução, 19,10% estavam desocupadas, em 2020 esse número subiu para 20,65%, só reduzindo no período posterior à pandemia, em 2023, onde alcançou o menor percentual da série histórica chegando a 12,54%. É importante ressaltar que esse nível de instrução não é o que comporta o maior número de indivíduos, no entanto, esses ainda estão concluindo sua formação escolar padrão, ou abandonaram os estudos por algum motivo, assim ambas as situações contribuem para uma desocupação maior.

Por fim, a tabela 14 representa o nível de instrução mais elevado alcançado, por pessoas de 14 anos ou mais de idade, padronizado para o ensino fundamental no sistema de 09 anos, por faixa etária, no Brasil, entre 2018 a 2023. Nessa tabela

percebe-se que, das pessoas que possuem o ensino médio incompleto, os jovens de 14 a 19 anos representam em média, aproximadamente, 40%. Ademais, vale ressaltar o caso dos jovens entre 20 a 24 anos, uma vez que eles ocupam um grande percentual das pessoas que possuem ensino superior incompleto ou equivalente, no entanto não crescem percentualmente naqueles que possuem ensino superior completo nessa faixa etária ou na subsequente, com o passar dos anos. Isso revela que muitos desses jovens não concluem o ensino superior ou postergam essa conclusão para outro período.

O gráfico 03 sintetiza o percentual de jovens com o nível superior completo no Brasil, entre os anos de 2018 a 2023. É importante verificar como o percentual de jovens de 20 a 24 anos com nível superior cai ao longo dos anos, o que pode ser uma decorrência do impacto da pandemia sobre a evasão do ensino universitário, cujo efeito ainda se manifesta até 2023.

No entanto, cumpre destacar que, conforme o gráfico 03, na faixa etária de 25 a 29 anos, período inicial pós-juventude, o percentual de indivíduos com o nível superior tende a aumentar, saindo de aproximadamente 4% na faixa etária de 20 a 24 anos, para aproximadamente 12% em indivíduos entre 25 a 29 anos. Esse resultado pode ser decorrente do fato dessas pessoas já estarem em um estágio mais avançado ou concluído o curso superior quando ocorreu a pandemia. Ademais, isso também pode ser evidência de que, com o passar dos anos, os indivíduos buscam aumentar seu grau de instrução, o que pode ocorrer por inúmeros motivos, dentre eles os diferenciais salariais e o desejo de crescer profissionalmente (Dornbusch et al., 2003; Samuelson; Nordhaus, 1993).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação de mestrado, examinou-se o mercado de trabalho para o público jovem no Brasil, na faixa etária de 14 a 24 anos, ao longo da série histórica que compreendia os anos de 2018 a 2023. Analisar esse nicho é particularmente importante, uma vez que eles constituirão o futuro do mercado de trabalho no país e durante o período de juventude precisam acumular capital humano, por meio de qualificação e habilidades, que os direcionarão no futuro.

A revisão na literatura permitiu compreender a dinâmica do mercado de trabalho do ponto de vista teórico-econômico, abordando como a oferta e demanda por mão-de-obra são determinadas e como outros fatores, a exemplo dos salários, contribuem para que a oferta de trabalho por parte das famílias aumente, abdicando de horas antes destinadas ao seu lazer. Por outro lado, as empresas, responsáveis por demandar mão-de-obra, buscam reduzir ao máximo seus custos de produção, combinando o fator trabalho com o fator capital. Quando há um cruzamento entre as curvas de oferta de trabalho e de demanda por trabalho, chega-se a um ponto de equilíbrio. No entanto, existem inúmeros fatores que levam a desequilíbrios no mercado de trabalho, gerando o desemprego. Assim, por mais que existam na teoria econômica diversos tipos de desemprego, os que são causados por mudanças estruturais na economia afetam ainda mais a população.

O referencial teórico desse estudo ainda salientou a participação dos jovens no mercado de trabalho, mostrando as barreiras e os desafios encontrados ao tentar conseguir um emprego durante o período de juventude, como a falta de experiência e a informalidade, além de destacar a importância de adquirir capital humano e qualificar a mão-de-obra jovem desde cedo, como nos casos dos programas de aprendizagem. Por fim, foi apresentado o caso dos jovens que nem estudam e nem trabalham e abordada a importância das políticas de incentivo ao emprego e renda na juventude.

A avaliação dos resultados do presente trabalho permitiu auferir que o nível de desemprego para o público jovem no Brasil é maior do que para a população adulta. Os dados apresentados e as análises descritivas feitas deixam claro que o país ainda precisa evoluir bastante no que se refere ao processo de ingresso e de permanência

dos jovens no mercado de trabalho nacional.

Quando analisados por faixas etárias, ficou evidente que os jovens entre 20 a 24 anos são os que apresentam o maior percentual de desocupação no Brasil. Embora não seja o grupo com maior contingente populacional, nem se enquadrem em grande escala no motivo “ser jovem demais” para estar desocupada, essa faixa etária apresenta sinais de alerta por citarem o motivo “não possuir experiência ou qualificação” como um dos principais responsáveis pelo desemprego. Cumpre ainda destacar que mesmo no período que antecedeu a pandemia, essa faixa etária já era a maior em níveis de desocupação. Conforme apontado nas estatísticas, esse grupo social não completa ou posterga a sua qualificação e recebe, em grande parte, um salário-mínimo. Apesar de não poderem ser desconsiderados os obstáculos que os jovens enfrentam para ingressar e permanecer no mercado de trabalho por falta de experiências e ingressando no mercado de trabalho informal, cabe também considerar que, conforme os dados, aqueles jovens que não estão ocupados, mas ao menos tomaram alguma providência para ingressar no mercado de trabalho, têm diminuído com o passar dos anos.

Quando considerados os jovens da faixa etária entre 14 a 19 anos, as evidências deixaram claro o baixo nível de remuneração e a alta taxa de desalento. Embora o percentual de desalento tenha oscilado ao longo dos anos, continuou sendo o maior nessa faixa etária em toda a série histórica, mostrando que mesmo dispostos a trabalhar, esses jovens não se sentem estimulados a procurar algum emprego. A maioria desses jovens possui ensino médio incompleto e estavam entre os principais, nos motivos de não tomarem providência para conseguir emprego, “estar estudando”, “não ter experiência profissional ou qualificação”, ou “não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem”.

Embora a pandemia tenha afetado significativamente o mercado de trabalho no Brasil, os dados auferidos mostraram que, mesmo antes dela, os jovens já tinham mais dificuldades em ingressar e permanecer no mercado de trabalho formal, do que os indivíduos na fase adulta. Ademais, quando analisado o grau de informalidade no Brasil, ou seja, aqueles indivíduos que trabalham sem a carteira de trabalho assinada, fora de fácil percepção identificar o percentual alto de jovens ao longo dos anos.

Do ponto de vista econômico, o ingresso e a participação dos jovens no

mercado de trabalho são de suma importância, uma vez que possibilitarão o aumento da oferta de mão-de-obra e a qualificação da força de trabalho futura do país. Além disso, o trabalho na juventude aumenta a renda *per capita* familiar, estimulando o mercado consumidor de bens da economia. Além disso, ao entrar no mercado de trabalho, esses indivíduos colaboram na redução dos níveis de desemprego no país e passam a serem contribuintes para o Estado, entre outros benefícios. Além disso, o convívio e a aprendizagem obtida no mercado de trabalho ajudarão a formar cidadãos mais conscientes e qualificados. Dessa maneira, visto que os benefícios socioeconômicos são inúmeros, é importante que tanto o setor público, como o setor privado, auxiliem desde cedo no processo de inserção no mercado, evitando jovens desocupados ou em trabalhos informais que desestimulariam sua vontade de permanecer crescendo e se desenvolvendo profissionalmente. Escolas e as famílias também têm papéis fundamentais, uma vez que contribuem para a formação de indivíduos cômicos de suas necessidades e responsabilidades, evitando que eles acabem entrando para as estatísticas de jovens que nem estudam e nem trabalham.

Deste modo, embora este estudo se limite por não conseguir estimar quantitativamente o impacto de cada variável no processo de ingresso, bem como possíveis desdobramentos que poderão ocorrer ao longo dos anos, ele serve como ponto de partida para futuras pesquisas em relação ao tema, principalmente no que se refere aos jovens que não estudam e nem trabalham, e como essa condição pode afetar o seu contexto familiar, obrigando os pais a adiarem a aposentadoria e/ou continuarem trabalhando mesmo aposentados, como forma de complementar a renda da família. Outro caminho de pesquisa possível será analisar os impactos do relançamento, em maio de 2024, do novo Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Portanto, o conjunto de evidências apresentadas neste estudo indicam que os programas precisam conhecer o público-alvo, qualificá-lo e se tornarem responsáveis não apenas pela matrícula dos jovens, mas pelo direcionamento ao longo do curso de formação para que reduzam os índices de evasão, e aumentem os índices de conclusões e de ingressos no mercado. Além disso, é importante que também surjam boas oportunidades que estimulem os jovens a crescerem profissionalmente, visto que a ausência dessas, somadas a pouca experiência e qualificação, resultam em um afastamento desse público do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 05-06, p. 25-36, 1997.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. **Revista Brasileira de estudos de população**, v. 37, p. e0120, 2020.

ANDRADE, Gladys. O programa nacional de estímulo ao primeiro emprego de jovens. **Mercado de Trabalho**. IPEA: Brasília, 2005.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, SP, v.18, n.1, p.129-150, 2013.

BALTAR, Paulo. LEONE, Eugenia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 53-67, 2015.

BORJAS, George. **Economia do Trabalho**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BOYES, William; MELVIN, Michael. **Introdução à economia**. São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL. IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2018-2023**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de ago 2023.

_____. IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Metodológicas**. Vol. 1, Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf> . Acesso em: 23 de set. 2023.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho**. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm> Acesso em 20 de ago. 2024.

_____. Portaria SEMP/MTE Nº 738, de 16 de maio de 2024. **Aprova termo de referência da submodalidade consórcio social da juventude, da modalidade Projovem Trabalhador, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, e dispõe sobre os critérios para apresentação de projetos**. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-semp-/mte-n-738-de-16-de-maio-de-2024-560176102>> Acesso em 21 de ago. 2024.

CAMARANO, Ana Amélia *et al.* **Os jovens brasileiros no mercado de trabalho**. Mimeo, Rio de Janeiro, 2001.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Mercado de trabalho**. v. 53, p. 37- 44, 2012.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. Niterói: Impetus, 2011, disponível em <http://sumarios.grupogen.com.br/jur/MET/9788530978853_Amostra.pdf> acesso em 12 de nov. de 2018.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; PICCHETTI, Paulo. A evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil: uma análise entre regiões e características dos trabalhadores. **Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais**, São Paulo: LTr, 2003.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; FRANCA, Máira Albuquerque Penna; POLOPONSKY, Katcha. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília: Ipea; OIT, 2020.

DELUIZ, Neise. Projovem trabalhador: avanço ou continuidade nas políticas de qualificação profissional?. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 19-31, 2010.

DE MENDONÇA, Talles Girardi *et al.* Determinantes da inserção de mulheres jovens no mercado de trabalho nordestino. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 4, p. 161-174, 2012.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. **PED/RMBH**, 2009. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2008/2008pedbhz.pdf>> Acesso em 28 ago. 2023.

DORNBUSCH, Rudiger. *et al.* **Introdução à economia**: para cursos de administração, direito, ciências humanas e contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

EHRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert S. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. São Paulo: Makron Books, 2000.

FLORI, Piscilla Matias. Desemprego de jovens no Brasil. **Revista da ABET**, v. 5, n. 1, p. 30-60, 2005.

GOLGHER, André Braz; JUNIOR, AF de A. **O Jovem no Mercado de Trabalho: Clientes em potencial dos programas de primeiro emprego**. Ibmec MG Working Paper, 2003.

GONZAGA, Gustavo; CAYRES PINTO, Rafael. **Rotatividade do trabalho e incentivos da legislação trabalhista**. (Texto para discussão, n. 625), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2014.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? **Governo Federal**, p. 111, 2009.

GULLO, MARIA CAROLINA R. A economia na pandemia Covid-19: algumas considerações. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 3, p. 1-8, 2020.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

- LOPES, Luiz M.; VASCONCELLOS, Marcos Antonio S. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 3a edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: princípios de micro e macro**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- MARINS, Mani Tebet *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 02, p. 669-692, 2021.
- MELO NETO, Júlio Corrêa de. **Direito do Trabalho**: uma conquista do trabalhador. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas. Belo Horizonte, 2008.
- MENEZES FILHO, Naercio A.; Cabanas, Pedro Henrique F.; KOMATSU, Bruno Kawaoka. **A condição “nem-nem” entre os jovens é permanente?** São Paulo: Insper, 2013. (Policy Paper, n. 7).
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2014). **Manual de Aprendizagem: O que é preciso saber para contratar o aprendiz (Ed. revista e ampliada)**. Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A454D74C101459564521D7BED/manual_aprendizagem_miolo.pdf>, acesso em 13 de jul. 2023.
- NONATO, Symaira Poliana; CORROCHANO, Maria Carla. **Juventudes e Trabalho**, Ebook. Fino Traço Editora. Belo Horizonte, 2021.
- PASTORE, José. Educação, trabalho e desenvolvimento. **Revista USP**, n. 100, p. 67-76, 2014.
- PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Manual de direito do trabalho**. 14. ed. São Paulo: Método, 2010.
- REIS, Mauricio. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, p. 125-143, 2015.
- RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.
- ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, v. 21, p. 533-550, 2008.
- ROCHA, Enid *et al.* Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: Como formular políticas públicas?. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 545-562, 2021.
- ROCHA, Enid; Andrade, Carla Coelho de. “A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades”. In: Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni Maria C. de; Andrade, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- RODRIGUES, Ana Cristina Barcellos. **Teletrabalho**: a tecnologia transformando as relações de trabalho. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de

políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 1, n. 1, 2015.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia**. 14ª edição. Lisboa: Editora McGraw-Hill, 1993.

SILVA, Nancy de Deus Vieira. Jovens brasileiros: o conflito entre estudo e trabalho e a crise de desemprego. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-20200111-140511/en.php>>, acesso em 16. Jun. 2024.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lúcia. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de população**, v. 19, n. 2, p. 99-115, 2002.

SOUZA, Ana Paula Ferreira de. Os desafios de inserção juvenil no mercado de trabalho pelas políticas públicas: uma análise do programa Agente Jovem em Belo Horizonte. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, v. 200, 2002.

TILLMANN, Eduardo; COMIM, Flávio. Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem-nem. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 46, 2016. Disponível em <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/view/1629>>. Acesso em 28 de ago. 2023.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; DE ARAÚJO, Juliana Bacelar. Transformações no mercado de trabalho e a experiência brasileira pós reforma trabalhista de 2017. **Research, Society and Development**, v. 7, n. 12, p. e15712639-e15712639, 2018.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no Mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Texto Para Discussão N° 1070**, IPEA, 2005.

VIANA, Cibilis da Rocha. **A Dinâmica do Desenvolvimento Econômico**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VILLAR, Maria da Conceição Oliveira; MOURÃO, Luciana. Avaliação do programa jovem aprendiz a partir de um estudo quase-experimental. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 1999-2014, 2018.